



Demonstrações Financeiras Anuais



**Do Exercício findo em
30 de Junho de 2019**

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. Julius Nyerere, nº4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

www.cmh.co.mz

Maputo, Moçambique

Demonstrações Financeiras Anuais
do exercício findo em 30 de Junho de 2019

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A

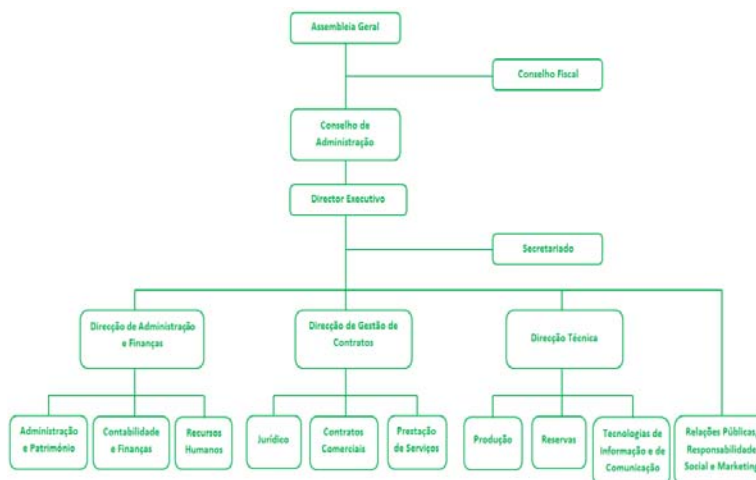
ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	39
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	40
VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	45
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	46
VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	47
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	48
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49

I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Nome da Entidade:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH,SA)	
Número de Registo Comercial:	13 259	
NUIT:	400 102 961	
Conselho de Administração:	Conselho Fiscal:	Assembleia Geral:
- Jahir Adamo (Presidente do Conselho de Administração) - Fernando Faustino (Administrador) - Tavares Martinho (Administrador)	- Benjamim Chilenge (Presidente) - Afonso Mabica (Vogal) - Pio Matos (Vogal)	- Fortunato Albrinho (Presidente) - Marta Pecado (Secretária) - Iolanda Matsinhe (Secretária)
Director Executivo:	Estêvão Pale	
Accionistas:	- Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%) - Governo de Moçambique (20%) - Investidores Privados Nacionais (10%)	
Capital Social:	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)	
Número de Acções:	5 934 115 (593 411 de acções cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)	
Auditores:	KPMG Auditores e Consultores, S.A.	
Endereço:	Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço “A” Maputo – Moçambique	
Bancos:	Standard Bank da Africa do Sul, Barclays Moçambique e FNB Moçambique	
País de Constituição:	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.	
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado Moçambicano.	
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.	

Estrutura da CMH:



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de apresentar as demonstrações financeiras auditadas bem como o Relatório de Gestão para o exercício findo em 30 de Junho de 2019.

Este exercício financeiro foi caracterizado por baixos volumes de vendas de gás natural e condensado em comparação com o exercício anterior principalmente devido à baixas encomendas pela compradora Sasol Gas e alguns compradores domésticos. Apesar disso, fomos positivamente afectados pelas subidas de preços do petróleo, no mercado internacional.

Durante este ano financeiro, os nossos accionistas continuaram a receber dividendos, de acordo com os indicadores de desempenho financeiros da empresa.

Continuamos comprometidos em pagar níveis satisfatórios de dividendos aos nossos accionistas, apesar de a empresa ter muitos desafios técnicos e operacionais em termos de investimento, para sustentar a actual capacidade de produção e para fornecer gás nos termos dos contratos assinados. Um dos principais desafios é a disponibilidade de reservas provadas, para assegurar o fornecimento do gás ao abrigo dos contratos assinados. Precisamos de investir em projectos adicionais de compressão de gás e furos adicionais para recuperar mais gás dos reservatórios de Pande e Temane. As discussões estão a ser conduzidas com o nosso principal comprador, a fim de se investir em instalações adicionais, para aumentar os volumes de gás a serem fornecidos por forma a cobrir a quantidade total contratada, resolvendo assim o possível défice de reservas.

Sob o desempenho dos campos, tivemos problemas de integridade em alguns dos furos de Pande e Temane, que contribuíram para o aumento dos custos operacionais em comparação com o ano anterior.

Pode-se verificar, através do nosso relatório e contas, que a CMH reportou um total do rendimento integral de USD 38 086 853, o que representou um aumento no lucro de cerca

de 26% comparado aos resultados do exercício de 2018, devido ao aumento dos preços do petróleo no mercado internacional.

Durante o presente exercício, a CMH pagou a título de impostos e contribuições fiscais um montante total de USD 20 873 958 ao Governo, dos quais 68% representam imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC), 27% dos impostos sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS), 5% das contribuições destinadas à segurança social (INSS + Segurança Social Complementar).

Em relação aos empréstimos, um montante total de USD 9 909 539 foi pago como serviço da dívida durante o presente ano, sendo USD 9 125 310 relativos ao capital e USD 784 229 relacionados a juros. A 30 de Junho de 2019, a dívida prevalecente da CMH era de USD 4 562 655.

Considerando os estatutos da CMH, a política de distribuição de dividendos aprovada e os compromissos existentes com os Financiadores, a CMH pagou o montante total de USD 30 273 117 a título de dividendos para os seus accionistas, sendo que USD 7 970 000 foram pagos no dia 18 de Setembro de 2018, USD 4 600 000 foram pagos a 25 de Fevereiro de 2019 e USD 17 703 117 foram pagos no dia 17 de Abril de 2019, tais dividendos são relativos aos anos financeiros 2015, 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

Os programas de saúde ocupacional continuaram a ser bem geridos e há bons indicadores de desempenho.

Relativamente à responsabilidade social empresarial, (RSE), a CMH continua a dar o seu contributo para os projectos sociais no âmbito das operações conjuntas (JO), bem como, através de contribuições directas da CMH. No âmbito das Operações Conjuntas (JO), a CMH contribuiu para a conta conjunta num montante de USD 344 368 e, directamente no montante total de USD 140 631 para ajudar as comunidades desfavorecidas em várias províncias de Moçambique, através de investimentos em projectos de educação, de saúde, de aumento ao acesso à água potável em várias comunidades, promovendo a cultura e

desporto e solidariedade às vítimas de desastres naturais e contribuindo para o bem-estar dos trabalhadores.

A implementação dos projectos sociais no âmbito das Operações Conjuntas (JO) teve um bom desempenho, mas consideramos que ainda há muito por se fazer.

O complexo habitacional de Namacunda que foi construído na cidade de Vilanculos, para acomodar trabalhadores Moçambicanos qualificados, que trabalham no complexo industrial em Temane, está totalmente operacional e um número crescente de trabalhadores e suas famílias estão a ser acomodados no referido complexo Habitacional.

A CMH continua a fortalecer a estrutura organizacional da empresa. Em termos de formação profissional, continuamos prestando muita atenção às necessidades dos colaboradores.

Todos os trabalhadores beneficiaram de cursos de formação no país e no exterior, com especial atenção para a formação especializada, relacionada com a área de petróleo e gás.

Continuamos comprometidos com a transparência, integridade e o combate à qualquer tipo de negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Todos os nossos relatórios anuais são divulgados através do jornal de maior circulação publicado no país e na nossa página da internet.

As nossas acções no mercado de valores mobiliários - Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) continuaram a ser transaccionadas. Durante este ano financeiro, findo a 30 de Junho de 2019 houve variações no valor das acções da CMH, de 800 para 1200 Meticais. Apesar dessas variações do valor da acção, essa cotação ainda não reflete o aumento do valor da empresa.

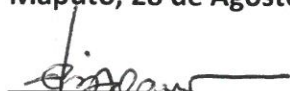
Em termos ambientais, temos o prazer de continuar a reportar, de modo geral, um bom desempenho, seguro e saudável pelo operador.

Em relação a este ano financeiro, não há litígios a serem relatados apesar dos atrasos no recebimento de pagamentos do gás fornecido ao mercado doméstico.

Continuamos a honrar todos os nossos compromissos relacionados com os empréstimos, impostos e outras obrigações com os nossos accionistas, numa base regular.

Em suma, gostaríamos de estender a nossa sincera gratidão e apreço a todos aqueles que continuaram a acreditar em nós e que têm apoiado a nossa empresa durante os tempos difíceis, especialmente os membros do Governo Moçambicano, os nossos accionistas, financiadores, parceiros, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa como o veículo da participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

Maputo, 28 de Agosto de 2019



Jahir Adamo

Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2019.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). A Sasol Petroleum Temane (SPT) é uma Operadora nos campos de Pande e Temane. São parceiros da JO, a SPT, uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%.

O consórcio (JO) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CPF). O gás natural e condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás processado no CPF o gás é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, o CPF havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e do CPF em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano. Em

2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/ano e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc no CPF e presentemente é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CPF de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Projecto de Debottlenecking*” na central de processamento.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) para a segunda fase foi alcançado o início das operações (BO) em finais de Setembro de 2018.

A terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão está em progresso. Os estudos de engenharia (FEED) e a sua verificação foram concluídos em Março de 2018, os testes para o funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) devem ser alcançados nos finais de Março de 2020.

Durante o período em apreço, o primeiro furo (*infill well*), Pande 27 foi perfurado com sucesso no campo de Pande, durante o mês de Março, como furo para sustentar o *plateau* de 197 PJ por ano.

2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2019, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 81 751 772, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF19	AF18
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	96 801 421	82 571 249
Vendas: Gás Natural	93 601 145	80 038 098
Vendas: Condensado	3 200 276	2 533 151
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(920 534)	(1 104 649)
Receita líquida após royalties	95 880 887	81 466 600
Despesas operacionais relacionadas à JO	(14 129 115)	(12 070 075)
Resultados do JO antes das despesas da CMH	81 751 772	69 396 525

O lucro operacional da operações conjuntas (JO) aumentou 18% em relação o exercício financeiro de 2018 (AF18). Houve uma ligeira redução nos volumes de venda em contrapartida um aumento no preço de venda que resultou num aumento global de 17% na receita bruta.

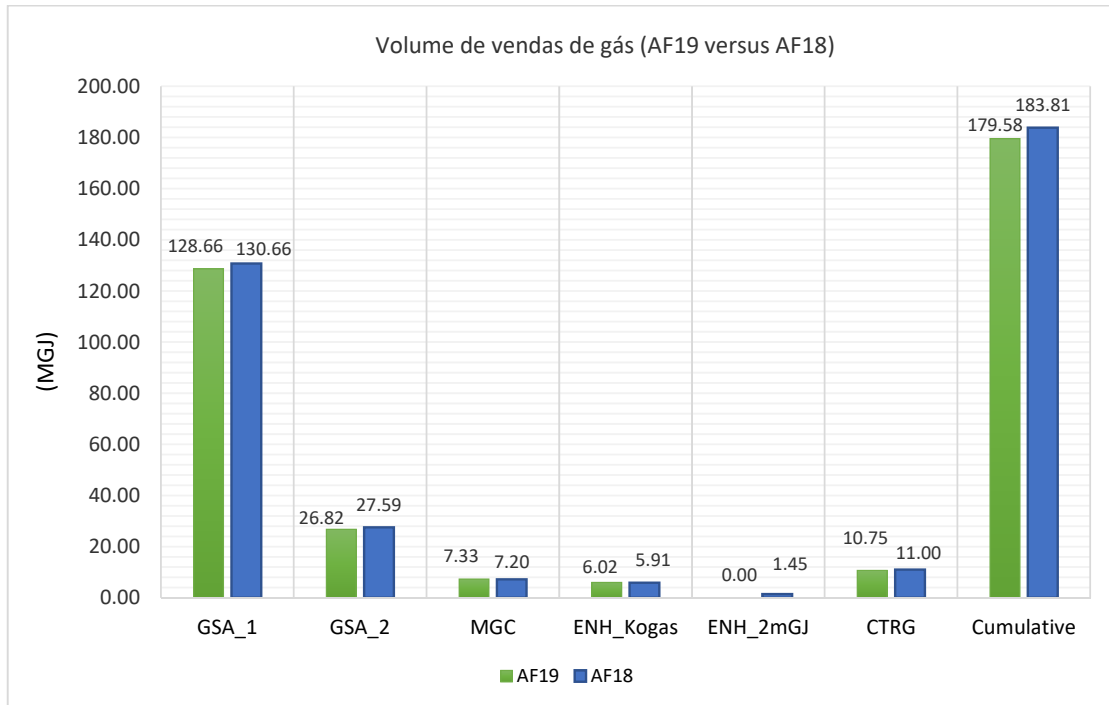
2.2 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2019 (AF19), findo em 30 de Junho de 2019, é o seguinte:

Volume de vendas da JO (100%)	Unidade	AF19	AF18	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	128.66	132.36	-2.79
Gás Natural - GSA 2	MGJ	26.82	26.99	-0.63
ENH-kogas	MGJ	6.02	4.82	24.90
MGC	MGJ	7.33	7.20	1.81
CTRG	MGJ	10.75	10.94	-1.74
ENH 2mGj	MGJ	0.00	0.31	-100.00
Cumulativo das vendas de gás	MGJ	179.58	182.62	-1.66
Condensado	Bbl	353 178.46	385 443.24	-8.37
Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)	Unidade	AF19	AF18	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	6.72	5.73	17.28
Preço médio das vendas	Unidade	AF19	AF18	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	USD/GJ	2.40	1.98	21.21
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	2.09	1.72	21.51
ENH-kogas	USD/GJ	1.89	1.83	3.28
MGC	USD/GJ	1.37	1.29	6.20
CTRG	USD/GJ	2.54	2.46	3.25
ENH 2mGj	USD/GJ	2.24	2.17	3.23
Condensado	USD/Bbl	36.08	26.29	37.24

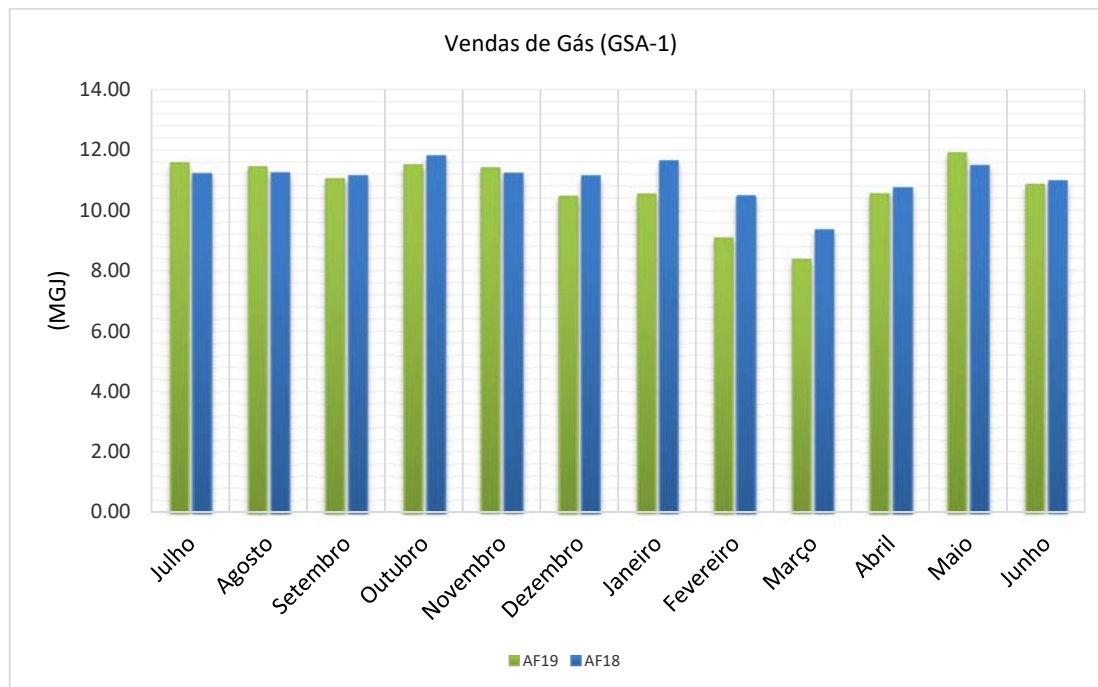
O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF19 versus AF18).



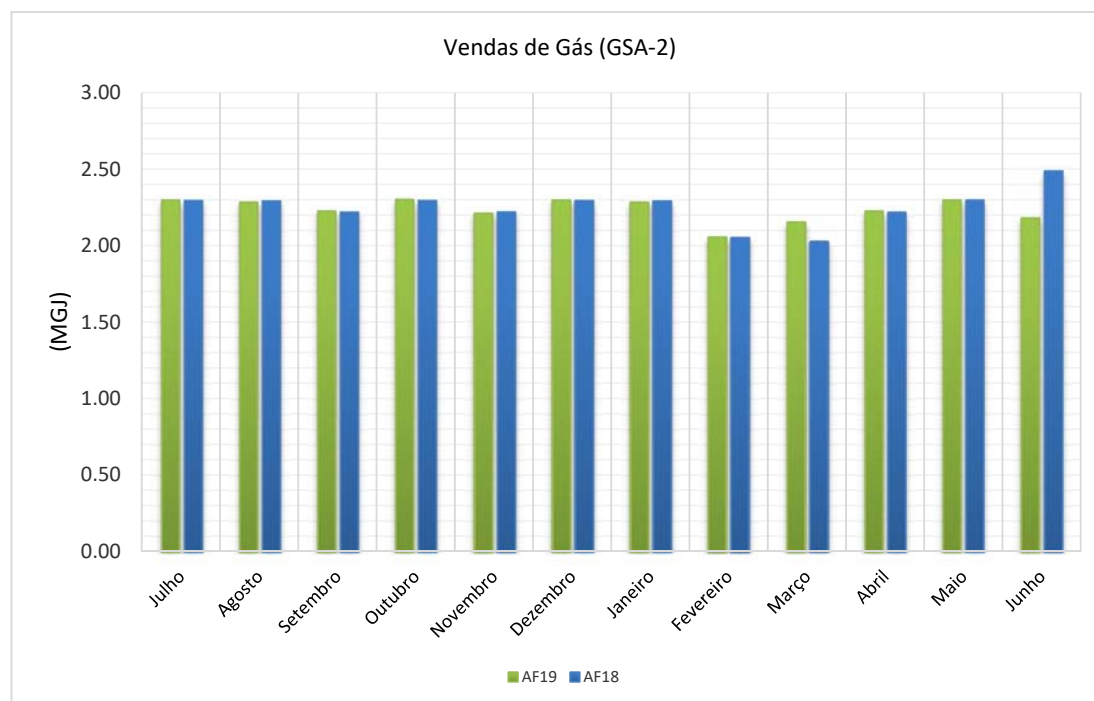
Como se pode ver a partir do gráfico acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2019 (AF19) em média foi de 1.66% inferior em relação ao período anterior de 2018, devido às seguintes razões:

- Verificaram-se baixas encomendas por parte das compradoras Sasol Gas (GSA1&2) e compradoras no âmbito dos contratos domésticos (CTRG e ENH-2mGJ), agravado também pelo facto de não haver registo de encomendas de fornecimento de gás desde o mês de Setembro de 2017 nos termos do contrato da ENH-2MGJ, devido à suspensão no levantamento de gás, o que também contribuiu para a redução do volume de vendas no período em apreço.
- Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção da planta. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção, mas que não resultaram em perdas de produção na central de processamento (CPF).

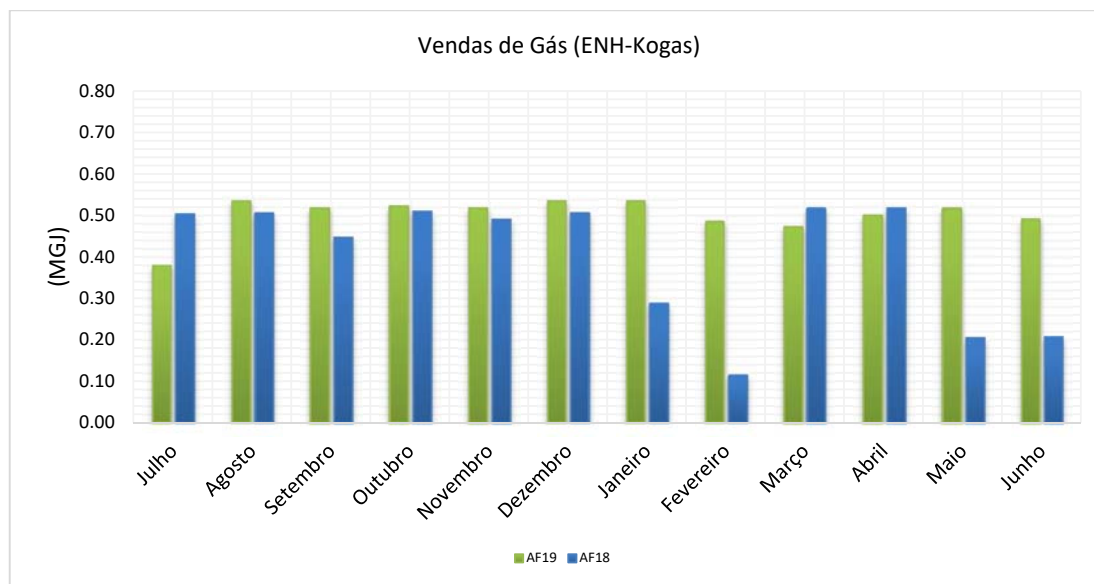
Os gráficos abaixo mostram a evolução da produção de gás e dos preços durante os anos financeiros 2019 (AF19) em relação ao período anterior de 2018 (AF18) tanto para o gás, como para o condensado.



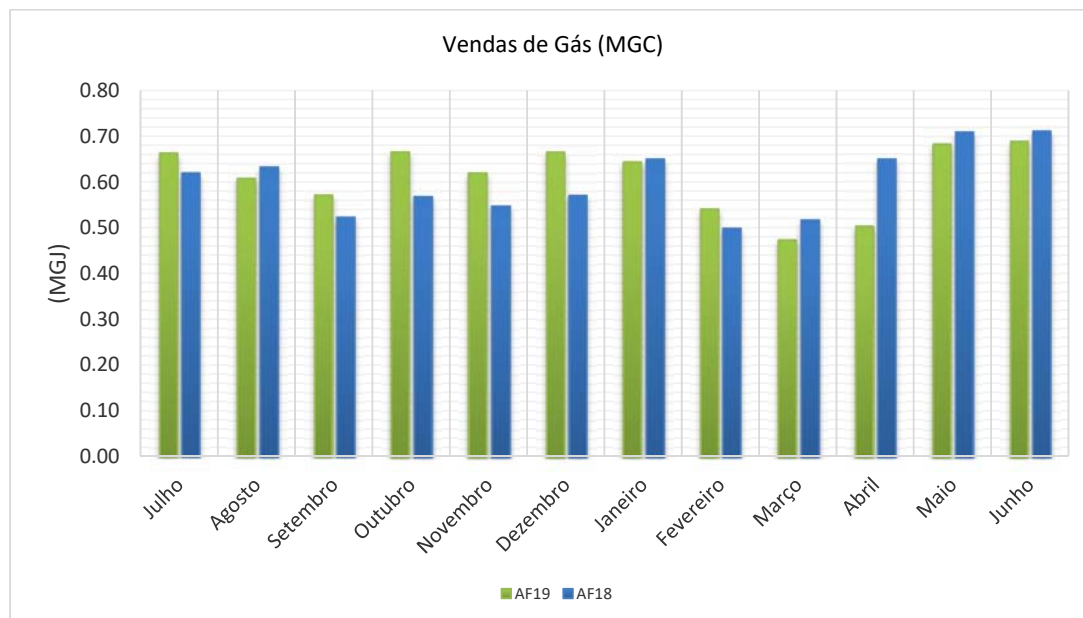
Pode-se ver no gráfico acima que a partir de Julho 2018 até Junho 2019, houve vendas de volumes de gás do contrato GSA1 inferior a 2.79% em relação ao mesmo período do ano anterior de 2018, devido à baixas encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



O volume das vendas nos termos do contrato GSA2, de Julho 2018 a Junho 2019 foram 0.63%, inferiores em relação ao período anterior (AF18), devido à baixas encomendas de gás por parte da Sasol Gas.

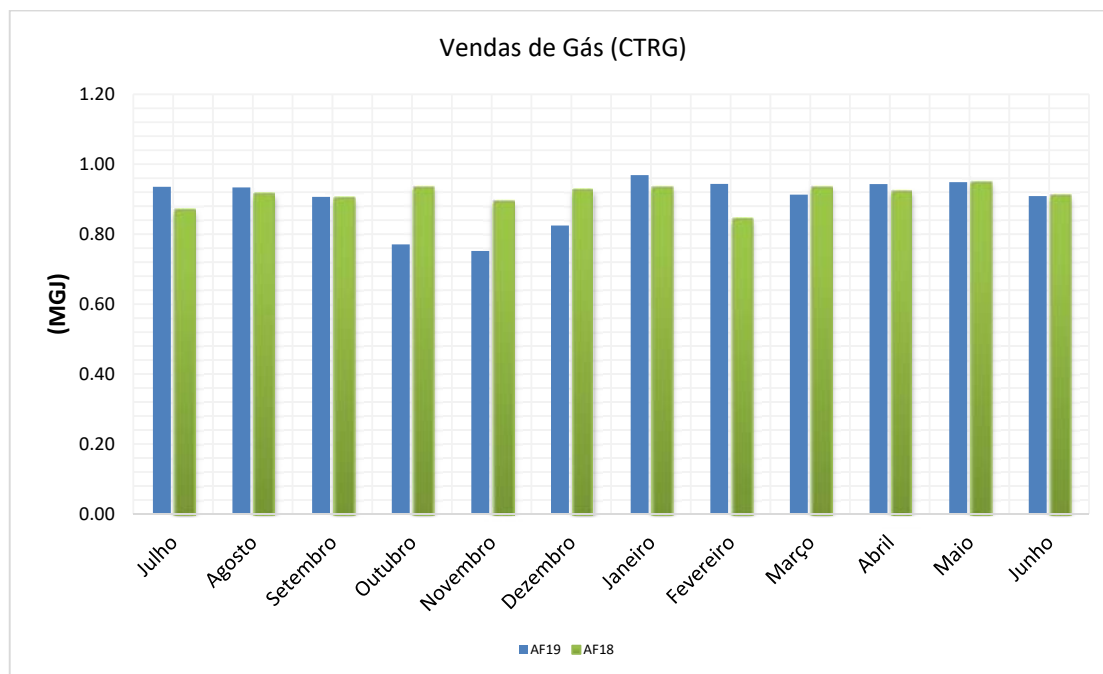


O volume de vendas nos termos de contrato da ENH-KOGAS de Julho de 2018 a Junho de 2019 foram 24.90% superiores em relação ao período anterior (AF18), devido à grandes encomendas de gás por parte da ENH-KOGAS.

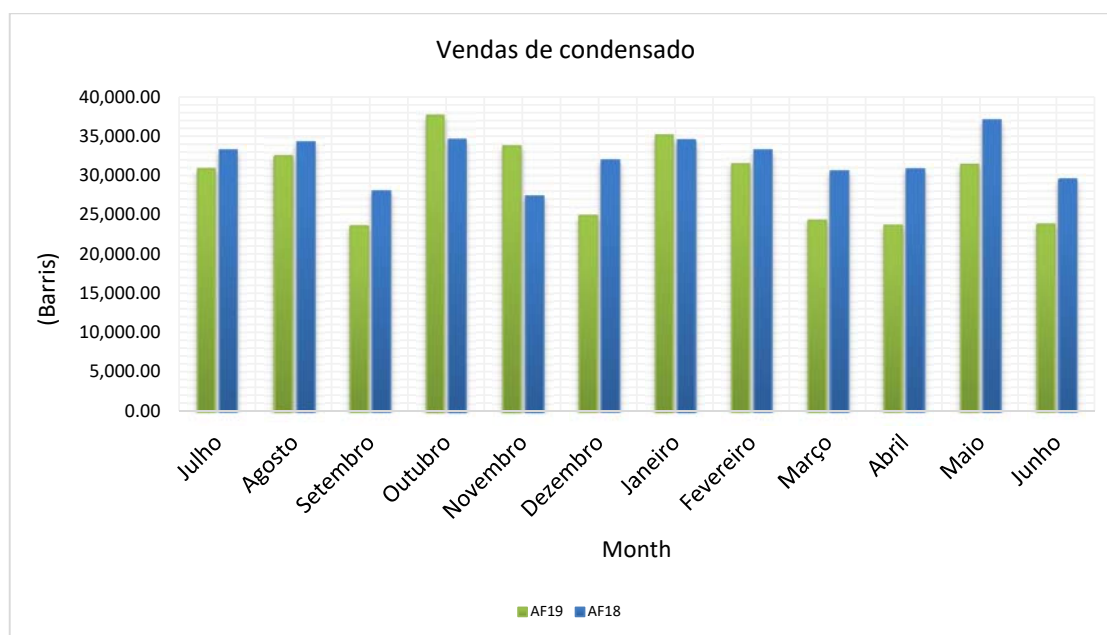


O volume de vendas nos termos de contrato da MGC de Julho de 2018 a Junho de 2019 foram 1.81% superiores em relação ao período anterior (AF18), devido à grande / elevadas

encomendas de gás por parte da MGC.



O volume de vendas nos termos de contrato da CTRG de Julho de 2018 a Junho de 2019 foram 1.74% inferiores em relação ao período anterior (AF18), devido à baixas encomendas de gás por parte da CTRG.

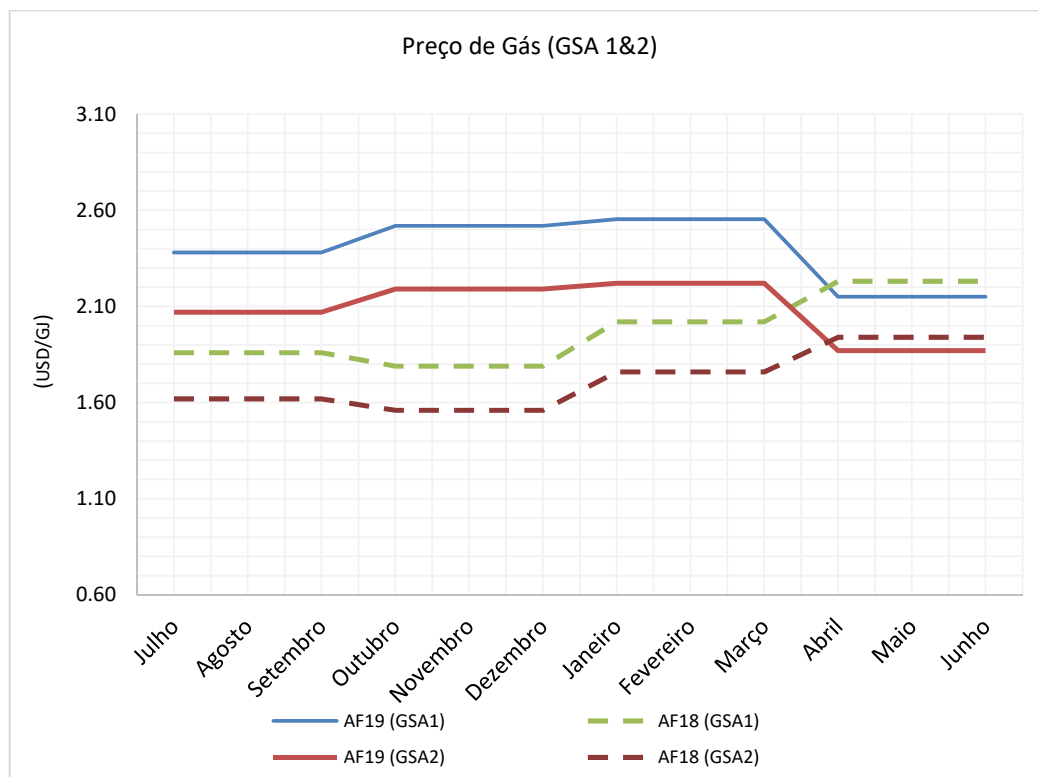


Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferior para o AF19 na ordem de 8.37% em relação ao período anterior de 2018 (AF18), devido à redução da

produção do gás natural, aliado ao facto de a maior parte da produção ser proveniente dos furos de Pande que contém poucos líquidos. Além disso, os rácios de produção de condensado versus gás têm diminuído devido à depleção dos reservatórios.

2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

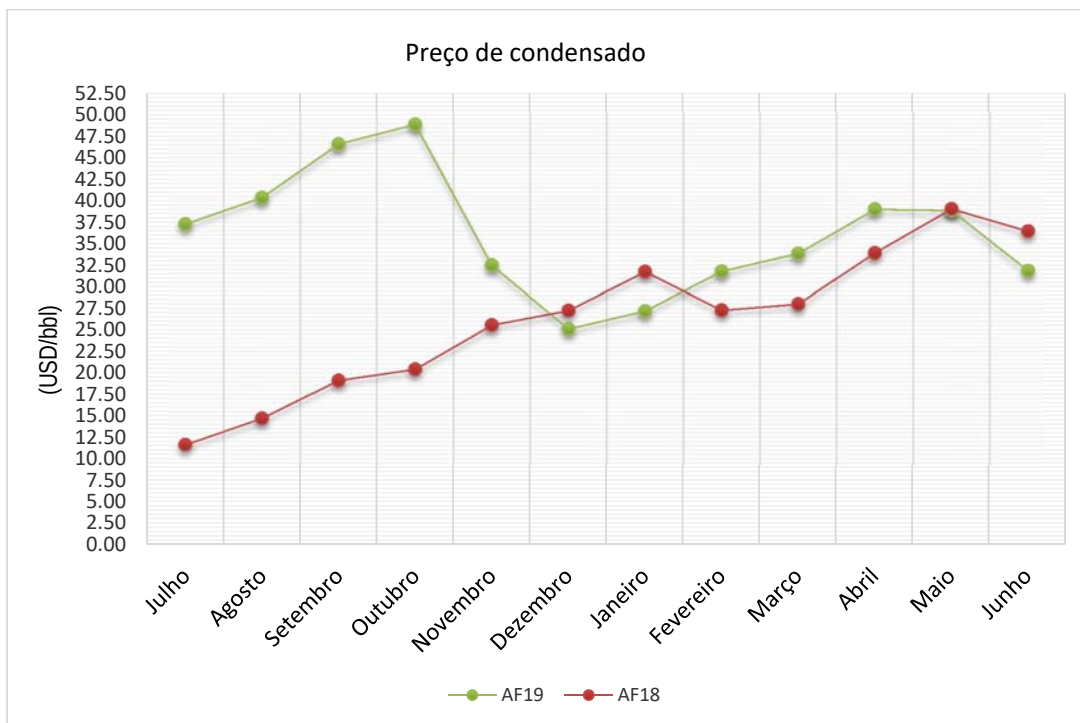
No geral, os preços de venda de gás natural e de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho 2019 foram superiores comparativamente ao mesmo período anterior de 2018 (AF18), devido à ascensão do preço de petróleo no mercado internacional.



- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA1 (incluindo as quantidades em excesso encomendadas) foi de USD2,40 por GJ, o que representa um crescimento em 21,21% comparado com o período anterior (AF18, que foi de de USD1,98 por GJ, devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA2 foi de USD2,09 por GJ que é 21.51% superior em relação ao período anterior (AF18) de USD1,72 por GJ, devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato da ENH-KOGAS foi de USD1,89 por GJ que é 3.28% superior em relação ao período anterior (AF18) de

USD1,83 por GJ, devido à variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).

- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato da MGC foi de USD1,37 por GJ que é 6,20% superior em relação ao período anterior (AF18) de USD1,83 por GJ, devido à variação positiva dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato CTRG foi de USD2,54 por GJ que é 3,25% superior em relação ao período anterior (AF18) de USD2,46 por GJ, devido à variação positiva dos índices de preço de produção dos Estados Unidos (USA PPI).
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato da ENH-2MGJ foi de USD2,24 por GJ que é 3,23% superior em relação ao período anterior (AF18) de USD2,17 por GJ, devido à variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).



- A média ponderada de preço de condensado no âmbito do Acordo de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos foi de USD36,08 por barril que é 37,24% superior ao preço praticado no exercício anterior AF18 de USD26,29 por barril, devido, principalmente, ao aumento dos preços do petróleo bruto (Brent) no mercado internacional.

2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuvaninga no período de Julho de 2018 a Junho de 2019 foi 17,28% superior do que o gás levado no período anterior de AF18. Isto deveu-se ao aumento do consumo do gás doméstico durante o período em apreço.

2.4 Revisão das Operações

2.4.1 Operações nos campos de gás

Os gráficos abaixo visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF19.

Figura1: Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de Julho de 2018 a Junho de 2019

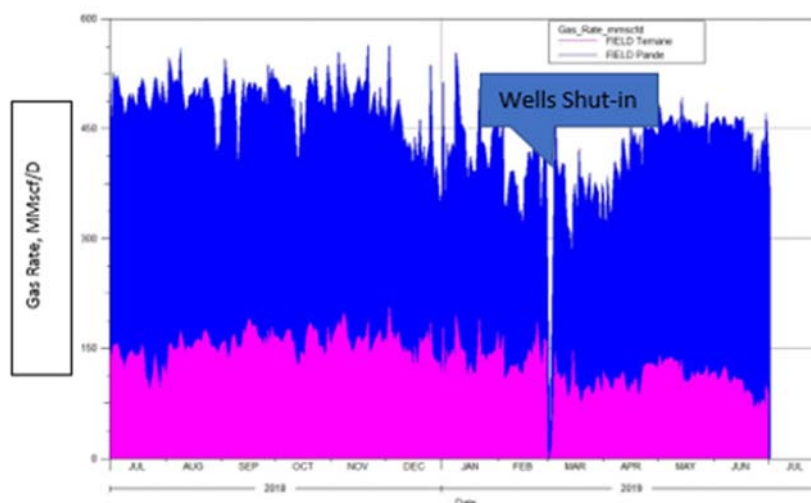
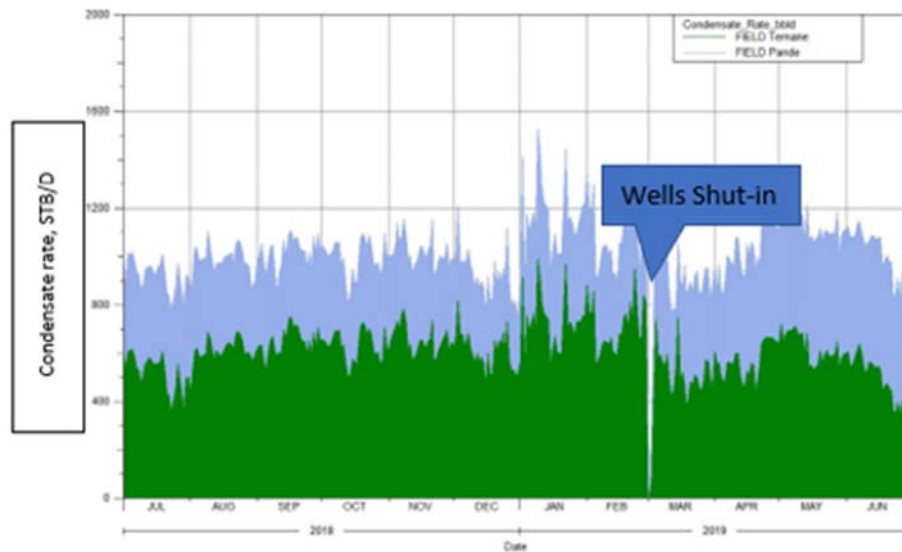


Figura 2: Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de Julho de 2018 a Junho de 2019



- A produção média de gás do PPA no ano financeiro 2019 (AF19) foi de 478 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia), que corresponde a um decréscimo de 1.17% em relação ao ano anterior de AF18, que foi de 484.35 MMscf/d. Houve uma redução de produção na ordem de 5.6 MMscf/d, com os rácios médios de contribuição de 29% e 71% para os campos de Temane e Pande, respectivamente.
- A Produção média total de condensado foi de 981 STB/D (Stock tank Barril por dia) no AF19, que corresponde um decréscimo de 6.2% em relação ao AF18, que foi de 1 046 STB/D.
- A produção de condensado baixou em 64 STB/D comparado ao mesmo período do AF18, devido à baixa produção de Gás e à queda do rácio do condensado versus gás que tem vindo diminuindo com o tempo face a queda das pressões nos reservatórios.
- De acordo com os gráficos acima apresentados, pode-se verificar que nos dias 02 e 03 de Março de 2019 houve uma paragem planificada de produção na central de processamento (CP) e nos campos com vista a levar a cabo a manutenção de rotina.

Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção

No âmbito das actividades de monitoria dos reservatórios e avaliação do desempenho dos campos, foram identificados problemas de integridade dos furos como indicados abaixo:

- T-04, T-09, T-14 e T-15, enfrentam problemas de integridade associado a migração de gás em volta da parte externa do “Casing” desses furos. Sendo este tipo de problema difícil de resolver por via de cimentação, a equipa de engenharia recomenda que seja feita a selagem e o abandono dos furos (P&A) na próxima campanha de perfuração de FY20.
- T-03 e P-15, foi detectado a presença de líquidos no “annulus” (na barreira entre o “casing” e a tubagem produtiva de 4 ^{1/2}). Como solução do problema está prevista uma actividade de remediação dos furos (“workover”).
- P-19, permanece fechado desde Setembro de 2016 devido à problemas de fugas de gás na válvula de “Christmas Tree”, (CSSSV - Control subsurface safety Valve). Foram feitas várias intervenções no furo, mas sem sucesso. Como solução do problema, a equipa de engenharia recomendou a remediação do furo (“workover”) durante a campanha de perfuração de FY20.
- Temane 22, primeiro furo de injeção de água, foi detetado valores elevados de “skin” (danos) e alta pressão na formação e feitos os testes de Flow After Flow (FAF) indicaram a possibilidade de existência de duas fraturas na formação. Como solução do problema a curto prazo, a equipa de engenharia recomendou a taxa máxima de reinjecção de 0.9bbl/min.
- Temane-11, enfrenta problemas de baixa produtividade e questões de integridade, associados a alta pressão no “annulus”, ou seja, uma pressão acima do recomendado. A equipa de engenharia recomendou que o mesmo permanecesse como furo de monitoramento de pressão.
- Temane-13, foram detectados problemas de produção excessiva de água, 70 m³ contra em média 30 m³ de capacidade de processamento no CPF.
- Temane-23 (furo de reinjecção de condensado), foram detectados danos na formação na qual o furo não está em condições de fazer-se a reinjecção do condensado. A equipa responsável pelos furos está a fazer uma avaliação de riscos de modo a identificar alternativas de um outro furo de reinjecção de condensado.
- No âmbito do desempenho de campo de Pande, o primeiro furo horizontal do PPA, Infill k (Pande 27) foi colocado em produção e inspeccionado pelo INP durante o

período em apreço e está a produzir cerca de 50MMscf /d, esta taxa de produção, era a esperada conforme a concepção do furo.

No entanto, devido aos problemas acima mencionados, apenas 65% dos furos produtivos do PPA estão a funcionar e os restantes 35% estão fechados. Para mitigar esses problemas, foram seleccionados furos para remediação e outros para a selagem e abandono (P & A) durante a próxima campanha de perfuração.

Durante o período em apreço, houve progressos no trabalho dos furos antigos do PPA com potenciais riscos de segurança, que não foram selados e abandonados (P & A) de forma adequada pelo operador durante a campanha de perfuração de 2007, e os mesmos estão sob a responsabilidade do Consórcio conforme o acordo do PPA.

O progresso desde o último período que se reportou é o seguinte:

- Avaliação via “hot-tapping” para testar o actual estágio de pressão dos furos de modo a seleccionar os furos prioritários, que exigirão a remediação imediata usando a plataforma de perfuração que estará disponível no período de 2019 a 2022.
- Para tal, durante o período em apreço decorreram trabalhos de abertura de estradas para permitir o acesso aos furos, para que a equipa de “hot-tapping” comece a realizar o seu trabalho.

2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

As operações na Central de Processamento (CP) estiveram estáveis durante o período reportado. As encomendas globais diárias foram alcançadas ao longo do período, sem exceder os 2% de entregas. Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- A paragem anual planificada de produção foi realizada com sucesso e sem registo de incidentes de segurança na planta de processamento durante o mês de Março de 2019.

- Na Unidade 43 (Desidratação do gás), as bombas de circulação do trietileno glicol avariaram devido à uma falha de comunicação entre as bombas localizadas na planta e o “DCS” (Sistema de Controlo Distribuído). A equipa de manutenção trabalhou no “PLC” (Controle Lógico Programável) e o problema foi resolvido.
- A Unidade 32 (compressor de baixa pressão) registou várias avarias durante o período em apreço. Uma investigação para apurar as causas foi conduzida e foi identificada uma falha electrónica na válvula de descarga que estava a causar avarias. A equipa de manutenção tem vindo a trabalhar no sentido de resolver as deficiências identificadas..
- A Unidade 31 (Compressor de Baixa Pressão) avariou várias vezes devido à baixa potência no eixo rotor do compressor de turbina a gás. Investigações foram feitas pela equipa de manutenção e a avaria foi resolvida.
- A unidade D (Gerador de Turbina movida a Gás) avariou devido à falha no gerador, provocando uma queda de carga na planta. Após investigações, foi identificado que o regulador de tensão estava com defeito. A equipa de manutenção corrigiu a falha e a unidade foi colocada em operação.
- A unidade 92 (Armazenamento e carregamento de condensado) teve problemas durante o mês de Setembro de 2018, o que contribuiu para a redução dos volumes de vendas.;agravado também pelo facto, da subida do nível dos tanques devido às restrições na zona de carregamento. Algumas acções foram tomadas em todas as unidades de carregamento (A, B e C), para mitigar os riscos de enchimento excessivo dos tanques, enquanto a equipa de manutenção estava a trabalhar para reparar o tanque A.

Entretanto durante o período, foram realizadas operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- Operações de manutenção programadas para os campos e CP foram realizadas durante o período em apreço.

Na unidade 69 (Estação de Medição do Gás Natural-Daniel), durante o mês de Julho de 2018 foi realizado uma intervenção de melhoria no sistema electrónico (Software e hardware) devido a problemas de comunicação ocorridos no passado, e durante o mês de

Junho de 2019, foi realizada a calibração em conformidade com a Norma ISO (Organização Internacional de Normalização) em todos os medidores de fluxo e transmissores de temperatura, pressão e pressão diferencial. A equipa técnica da CMH foi convidada a testemunhar os trabalhos de melhoramento do sistema e calibração da estação de medição, que foram executadas com sucesso.

2.4.3 Manutenção e projectos de extensão do “plateau”

2.4.3.1. Projecto de Compressão de baixa pressão

Compressão de baixa pressão: Terceira Fase

O objectivo da terceira fase do projecto compressão de baixa pressão é de instalar a quarta unidade (compressor de turbina movido a gás) na central de Processamento, de modo a permitir o fornecimento de gás em condições actuais de operação.

- O projecto está na sua fase de execução.
- Os testes para início de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) estão previstos até o final de Março de 2020.

2.4.3.2 Projecto de compressão no trunkline de Pande (PIC)

Projecto de instalação de compressão no Trunkline de Pande é uma compressão adicional com o objectivo de compensar a depleção da pressão dos reservatórios. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua a produção de gás com a pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme o aprovado no plano de desenvolvimento e visa igualmente permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O projecto PIC é o último projecto de extensão de “plateau” e não está contemplado no actual plano de desenvolvimento de campo aprovado pelo Governo. Este projecto será capaz de mitigar o actual défice de reservas de gás.

O progresso desde o último relatório foi o seguinte:

- ✓ O operador realizou um estudo técnico para avaliar a viabilidade do projecto PIC e, com base nisso, as vendedoras e a compradora seleccionaram PT1 + TI1 (Instalação de compressores no Trunkline de Pande e na entrada da central de processamento

em Temane, num único estágio) como a opção preferida e suportada pela compradora para se avançar com o processo de estudos de engenharia, pois apresenta um custo de investimento menor comparado às demais opções e que, pode adicionar reservas de gás 1P (90% de Probabilidade) de modo a satisfazer a demanda de gás, para se cumprir com as obrigações contratuais de 197 PJ/a.

- ✓ Como resultado das negociações entre as partes (vendedoras e a compradora), durante o período reportado foram assinadas a sétima e a quinta emenda dos contratos GSA1&2 respectivamente, que contém as provisões no âmbito dos acordos de venda de Gas (1&2), para se acordar na instalação de infraestruturas adicionais como mecanismo de resolver a situação do défice;
- ✓ Em relação emendas mencionadas entre as vendedoras e compradoras que obrigam a compradora a solicitar a vendedora instalações adicionais de entrega por via duma notificação, a mesma foi emitida e remetida às vendedoras a 06 de Março de 2019.
- ✓ A equipa de projecto da Sasol lançou um concurso de adjudicação da firma que vai realizar os estudos de engenharia.

2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente

Em geral, o bom desempenho global de Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o contínuo progresso na implementação das iniciativas relacionadas a SS&A da Sasol estão a ser bem mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de Saúde, Segurança e Ambiente durante o período reportado.

Os programas de gestão de saúde ocupacional continuam a ser bem geridos e foi notável o progresso no alcance de bons indicadores de desempenho em segurança. Estão em revisão todos os procedimentos e metodologias de trabalho, de forma a cumprir-se com os padrões da certificação ISO 14001:2015.

A aderência aos programas de monitoria de saúde dos trabalhadores foi excelente.

A incidência da malária tende a diminuir ou aumentar em função da variação das estações do ano. Para a mitigação desta doença está em curso um programa de vector da malária na Central de Processamento (CP) e no complexo habitacional de Nhamacunda, com base

na pulverização do recinto, aplicação de larvicidas no lago, drenos e pulverização das casas. Esta iniciativa tem resultado no impacto positivo na redução da população de mosquitos.

1. Monitoria do Desempenho Ambiental

O consórcio cumpriu com os padrões ambientais estabelecidos no Plano de Gestão Operacional para o período em questão. Tem-se registado melhorias significantes em termos de captação de dados e consistência no relatório. Conforme segue:

Monitoria dos Solos - os resultados indicam que não houve indícios de contaminação dos solos no perímetro da CP e nas áreas adjacentes. As observações do trabalho de campo e os resultados das análises foram os seguintes: detectou-se metais nas amostras do solo e o conteúdo encontra-se abaixo dos valores da Norma Holandesa de Valores de Intervenção para a remediação dos solos. Não detectou-se a presença de componentes voláteis orgânicos e cloretos nas amostras submetidas ao laboratório. O PH das amostras de solo colhidas no recinto e na parte exterior da CP indica que os solos são moderadamente alcalinos com a variação de PH de 6.6-9.5, este valor não afecta as propriedades e processos físicos, químicos e biológicos dos solos bem como o crescimento das plantas.

Monitoria do Ruído - a campanha anual de monitoria do ruído na CP foi conduzida pela Consultec. O propósito da pesquisa era de caracterizar os níveis de sons existentes nos arredores da CP. A pesquisa foi realizada nos arredores da planta em 20 pontos de amostragem pré-estabelecidos, os níveis de ruído registados foram avaliados e comparados com os padrões de gestão ambiental do ruído, estabelecidos pelo IFC, membro do Banco Mundial e pelo regulamento de controlo de ruído estabelecido pela lei sul africana de conservação ambiental de 1989 no artigo 73.

Os resultados mostram que os pontos de amostragem localizados a mais de 1 quilometro da CP, ou seja, fora da zona de proteção parcial não sofrem nenhuma influência acústica devido às operações normais da CP.

Monitoria do Ar - a extracção, estabilização e exportação de hidrocarbonetos envolve uma série de processos que favorecem emissões atmosféricas, estas incluem a combustão para

a geração de energia, o funcionamento de compressores, a queima do gás e processos de incineração. O trabalho de campo para a testagem das fontes de emissão e da qualidade ambiental do ar foi realizado na CP em Julho de 2018. O relatório recebido conclui que as emissões de ar a partir da CP estão dentro dos parâmetros estabelecidos no OEMP da Sasol. Esta conclusão foi com base nas observações feitas no local e nos resultados das análises laboratoriais.

Todos os parâmetros no novo incinerador estão abaixo dos valores de referência estabelecidos pela Sasol; o resultado dos gases secos em termos de SO₂ e NO_x proveniente de várias fontes cumprem com os requisitos do OEMP, o resultado das poeiras nos locais de monitoria estão abaixo do limite de referência de 600 mg/m²/dia.

Monitoria da Água Subterrânea - É conduzida por uma companhia independente especializada neste serviço, foram analisados os componentes orgânicos e inorgânicos da água.

Para a composição química dos componentes orgânicos da água as amostras foram analisadas para determinar o conteúdo total de hidrocarbonetos, as análises mostraram que não houve indícios de componentes orgânicos nas amostras. As análises inorgânicas da qualidade da água na CP e nos camps de gás revelam que a qualidade da água assemelha-se à qualidade da água dominante na região, excepto para alguns parâmetros que por vezes apresentam uma ligeira subida em relação aos valores de referência para as concentrações ambientais esta ligeira subida é devido a processos naturais.

Durante o período em apreço tiveram lugar as seguintes auditorias:

- De 1 a 3 de Outubro o CPF foi sujeito a uma auditoria combinada do Governo, executada pelo MITADER e INP, algumas observações foram levantadas, a saber: a falta das caixas de lixo em nos locais dos furos, a atualização do escopo do trabalho de monitoria ambiental e procedimentos de acordo com a versão actualizada de OEMP (Plano Operacional de Gestão Ambiental), a 5ª versão de Outubro de 2014 e a melhoria da comunicação interna.
- Decorreu de 8 a 12 de Setembro de 2018 uma auditoria independente do SHEQ (Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade) com o objectivo de avaliar o grau

de cumprimento dos padrões e outros requisitos, avaliar a eficácia do sistema de gestão no seu todo. Portanto a auditoria identificou áreas de melhoria, tais como a calibração de equipamentos do laboratório.

- Decorreu de 19 a 22 de Novembro de 2018 uma auditoria independente de SHEQ para avaliar os níveis de cumprimento dos padrões ambientais e outros requisitos. Todas as constatações levantadas foram resolvidas até meados de Fevereiro de 2019.
- Decorreu uma auditoria interna, mas nenhuma anomalia foi registada, apenas observações positivas foram levantadas, a saber: o bom sistema de gestão de resíduos, o bom estado de conservação das áreas visitadas.
- Com relação à auditoria jurídica ambiental, todas as preocupações levantadas em auditorias anteriores foram satisfeitas.

2. Pande - 4 Projecto de Remediação

O Projecto de remediação do furo Pande-4 visa avaliar a medida de remediação apropriada para o furo. Este projecto consiste em avaliar o subsolo, desenvolver acções de monitoria ambiental e avaliar uma solução viável para a remediação do problema. A remediação por via da perfuração convencional não é possível devido a impossibilidade de identificar a parede do furo.

O programa de monitoria do Pande-4 tem sido gerido pela equipa operacional da CP. Foram implementadas no Pande-4 as seguintes acções:

O projecto de construção de infraestruturas de vias de acesso ao Pande-4 que incluem: a reabilitação da berma, a construção do canal de drenagem da água, a construção da casa do segurança, a construção de uma casa de banho e construção de uma vedação em redor do Pande-4.

Está em progresso a colheita de amostras do solo e gás e esta ocorre numa periodicidade semestral, as amostras de gás colhidas recentemente mostraram que a concentração de gás no ambiente não excede o limite mínimo de explosão, as amostras do solo mostraram que é insignificante a concentração dos componentes absorvidos; os componentes absorvidos presentes no solo não constituem nenhum risco à saúde humana. Os resultados das análises nos poços de água nas comunidades não detectaram a presença de

hidrocarbonetos; conclui-se que a água é de boa qualidade para o consumo humano. A água da lagoa do Pande-4 contém níveis significantes de hidrocarbonetos e sais, em resultado disso a água não é favorável ao consumo humano.

A principal recomendação em relação ao Pande-4 é de dar-se início a um projecto de monitoria que cobrirá os seguintes aspectos: um programa de monitoria do subsolo para permitir a percepção das mudanças da composição química do subsolo com o decorrer do tempo, o projecto da instalação de infraestruturas de monitoramento na superfície para o melhor controle isto é: a queima do gás ou geração de energia incluindo a avaliação da água para os propósitos de irrigação e avaliação do impacto da mineração na cratera. A quantidade de gás e água liberta foi estimada em cerca de 1 MMscf/d (Milhões de Pés cúbicos por dia) para o gás e 125 bbl/d (Barrís por dia) para a água.

2.6 Aspectos Legais

2.6.1 Mudanças materiais na legislação

Durante o período reportado, os Parceiros da UJV e a SPM estiveram envolvidos na negociação e revisão do *draft* do Contrato de Desenvolvimento Conjunto e recuperação de Custos referentes aos Trabalhos Integrados (JDA), com o objectivo de estabelecer bases para o pagamento e reembolsos conexos com os trabalhos realizados, antes da decisão final de investimentos, para a expansão da CPF. O processo negocial deste contrato está em curso, o *draft* do referido contrato está a ser revisto pela SPM.

Depois do término do Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos em Junho de 2018, foi celebrado, em Julho de 2018, um Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos entre os Parceiros da UJV (como Vendedoras) e a Petromoc (como Compradora) para a venda de hidrocarbonetos líquidos do PPA, que entrou em vigor a 23 de Julho de 2018, por um período de um ano (até 30 de Junho de 2019).

Em Junho de 2019, foi assinado o actual Contrato de Venda de Hidrocarbonetos entre os Parceiros da UJV (como Vendedoras) e Petromoc (como Compradora) para a venda de hidrocarbonetos líquidos da área do PPA, que entrou em vigor no dia 1 de Julho de 2019, por um período de dois anos (até 30 de Junho de 2021).

Durante este ano, os Parceiros da JO e a Sasol Gas assinaram a 5ª Emenda ao Primeiro

Contrato de Venda de Gás (GSA1) e a 3ª Emenda ao Segundo Contrato de Venda de Gás para o fornecimento de gás em excesso, visando assegurar que os Parceiros da JO no Projecto do PPA maximizem receitas das vendas ou durante a vigência contratos relevantes, da licença e do direito aplicável para a produção e venda do gás natural dos reservatórios do PPA, desde que as Vendedoras não sejam responsabilizadas por quaisquer gás em falta durante os primeiros dois anos do Défice de Reservas.

Em relação ao desenvolvimento comercial do Projecto PIC, foi assinado entre os Parceiros da UJV e a Sasol Gas a 6ª Emenda ao Primeiro Contrato de Venda de Gás e a 4ª Emenda ao Segundo Contrato de Venda de Gás visando a extensão de quatro para cinco meses do período de negociação de possíveis soluções para resolver as questões do défice de reservas, afim de dar tempo à ENH (acionista maioritário da CMH) para analisar as soluções propostas pelos Parceiros da UJV. Ademais, como resultado das negociações e por forma a permitir que a Compradora (Sasol Gas) escolhesse, a seu custo, a construção de instalações adicionais de entrega para mitigar o défice de reservas, foi celebrado entre os Parceiros da UJV e a Sasol Gas, a 7ª Emenda ao Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA1) e a 5ª Emenda ao Segundo Contrato de Venda de Gás (GSA2). No dia 6 de Março de 2019, a Compradora enviou para as Vendedoras uma notificação das instalações adicionais (ADF). De acordo com os Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás, as Vendedoras devem responder a Compradora dentro de seis meses, contados da data do envio da notificação da ADF, através de um relatório de notificação das instalações adicionais.

Durante o presente ano, foi assinada entre os Parceiros da UJV (como Vendedoras) e a ENH-KOGAS (como Compradora) uma Emenda ao Contrato de Venda de Gás à ENH-KOGAS, visando estabelecer os termos e condições para o fornecimento de *strategic line pack gas* pela Vendedora à Compradora, com o propósito de criar, manter ou aumentar a quantidade de gás partilhada pela Compradora no gasoduto.

Em relação aos Terceiros Contratos de Venda de Gás (com a MGC, ENH, CTRG e ENH-KOGAS como Compradoras), os mesmos continuam sendo afectados pela redução da procura e atrasos no pagamento por parte dos consumidores finais, bem como pela baixa procura de Energia pela EDM. O consumo da ENH-KOGAS aumentou devido ao fornecimento de gás à Planta de Energia da Central Térmica de Maputo (CTM) em Maputo. O Contrato de Venda de Gás de 2MGJ à ENH de gás continua suspenso, paralelamente, os Parceiros da UJV

receberam, duas cartas da ENH, uma datada de 13 de Fevereiro de 2019, através da qual a ENH renúncia o seu direito às quantidades anuais de gás referentes ao quarto ano contratual, outra datada de 30 de Maio de 2019, informando que a ENH que pretende retomar as nomeações de gás no âmbito do Contrato de Venda de 2 MGJ de gás, a partir de Agosto de 2019, em cumprimento dos termos e condições do Contrato de Venda de Gás. A CTRG, a MGC e ENH-KOGAS alcançaram 90% das nomeações de Quantidade Contratual Anual (ACQ), evitando, assim, o pagamento da penalidade de Pagar ou Levar “TOP” no ano financeiro 2019.

Em relação ao pedido do PSA para processar gás da área do PSA, usando a Central de Processamento (CPF) do PPA, um acordo de princípios não vinculativo (*non-binding term sheet*) que estabelece os princípios que servirão de base para a negociação de um contrato definitivo de processamento de gás, foi elaborado pela SPT e partilhado com os Parceiros da UJV para sua revisão, antes da sua partilha com a SPM. Não obstante, este Acordo de Princípios foi suspenso a pedido da SPM.

Quanto ao pedido de processamento de Hidrocarbonetos Líquidos da área do PSA, o PSA solicitou que a negociação do contrato de processamento definitivo fosse suspensa, até nova notificação.

2.6.2 Alterações matérias à legislação

Relativamente às alterações legislativas, foram alterados os artigos 4 e 55 do Regulamento de Operações Petrolíferas aprovado pelo Decreto nº 34/2015, de 31 de Dezembro, os referidos artigos passam a estabelecer que *“após a aprovação de qualquer Plano de desenvolvimento, as pessoas moçambicanas devem estar inscritas na Bolsa de Valores de Moçambique, nos termos definidos na legislação aplicável.”* e que *“a aquisição de bens e serviços para efeitos de realização de operações petrolíferas no valor igual ou superior a 80.000.000,00 MT (oitenta milhões de meticais) deve ser feito por concurso público.”*, respectivamente.

Após a aprovação do novo Regulamento do Regime Cambial (Aviso nº 20/GBM/2017, de 11 Dezembro), o Banco de Moçambique aprovou o Aviso nº 7/GBM/2018 de 12 de Setembro com vista a criar normas e procedimentos complementares para a materialização do regime cambial previsto nos termos da secção dedicada ao regime

cambial especial para as operações de petróleo e gás previsto no Aviso nº 20/GBM/2017. Os Parceiros da JO entendem que o novo regime cambial constante dos Avisos nºs 20 e 7 são aplicáveis aos novos Contratos de Procurement, Engenharia e Construção (EPCCs) e não para às licenças e Contratos já existentes (tal como o PPA), que são regidos pelo regime cambial estabelecido nos termos dos respectivos Contratos de Concessão. Contudo, qualquer alteração às questões cambiais não expressa nos referidos Contrato de Concessão, o Aviso nº 20 e qualquer outra regulação do controle cambial subsequente (incluindo o Aviso nº 7) deve ser cumprida em conformidade.

2.6.3 Litígios

No dia 22 de Março de 2019, a SPT foi notificada da decisão do Tribunal Judicial da Província de Inhambane, comunicando que a titular da concessão mineira (de areia) adjacente ao furo Pande 4 apresentou uma providência cautelar, tendo apresentado várias reclamações contra a SPT, incluindo alegados danos indirectos, com base no qual uma providência cautelar foi decretada pelo Tribunal. Na sequência disso, no dia 26 de Março de 2019, foi realizada uma audiência de contraditório deferido, com o objectivo de levantar a providência cautelar, mas sem sucesso. A titular da concessão mineira (de areia) tinha 30 (trinta) dias, após decretar-se a providência cautelar, para intentar a acção judicial principal (para solicitar qualquer indemnização), o que não foi apresentada dentro do referido prazo, tal significando que a providência cautelar expirou. Deste modo, a SPT submeteu um pedido ao Tribunal a solicitar o levantamento e o cancelamento da providência cautelar, como resultado, a SPT recebeu o despacho do Tribunal aprovando o pedido de cancelamento da providência cautelar.

Não obstante, a titular da concessão mineira (de areia) tem o direito de intentar uma acção contra à SPT a qualquer momento, exigindo aquilo que considerar ter direito.

2.7 Responsabilidade Social Empresarial

Os parceiros do Consórcio têm o compromisso de investir no desenvolvimento local com visando a melhoraria da qualidade de vida nas comunidades próximas à Pande e Temane. Para o ano findo a 30 de Julho de 2019, o Consórcio investiu um montante de USD 1 377 472 para a implementação das seguintes actividades:

- **Mitigação de desastres naturais**

O Consórcio investiu na recuperação de três infraestruturas vitais na Província de Inhambane que foram danificadas na sequência do ciclone *Dineo* em 2017, nomeadamente: o cais de Inhambane, e os *ferry-boats* da Baía de Inhambane e Magulute. No decorrer do ano, as obras foram concluídas e a circulação normal de pessoas e bens foi restaurada. Em março de 2019, Moçambique foi novamente atingido pelo ciclone Idai, uma tempestade tropical caracterizada por fortes ventos e fortes chuvas causando inundações, mortes, destruição de meios de subsistência e infraestruturas nas províncias de Sofala, Zambézia, Manica e Inhambane. Em resposta à emergência, o Consórcio doou fundos através da Cruz Vermelha de Moçambique para apoiar a recuperação das populações afectadas.

- **Programa de geração de renda**

Pelo terceiro ano consecutivo, o Consórcio apoiou um total de 57 famílias em Inhassoro para desenvolver pequenos negócios envolvendo produção de ovos e frangos, bem como horticultura. O projecto liderou três associações criadas pelas comunidades para iniciar os negócios, melhorar o acesso ao mercado e a qualidade. No período, os projectos de ovos e frangos foram entregues às comunidades, enquanto um armazém foi construído para o projecto de horticultura em adição ao sistema de irrigação para agregar valor ao aumento da produção. O Programa de Geração de Renda chegou à sua fase final, à medida que os conhecimentos e competências necessários foram transferidos para as associações, estando estas equipadas para continuar a administrar suas actividades de forma independente.

- **Construção e Reabilitação de novas Fontes de Água**

Diversos furos de água foram construídos pelo Consórcio em diferentes comunidades, que cercam a Central de Processamento, com alta prevalência de doenças transmitidas pela água, no entanto, alguns desses poços desenvolveram problemas ao longo do tempo e não estão mais operacionais. Neste contexto, foram identificados 7 furos em Mabote e Vilanculos e foi assinado um contrato para a sua reabilitação.

- **Programa de Desenvolvimento de Empresas e Fornecedores**

O objectivo do Programa de Desenvolvimento de Empresas e Fornecedores é melhorar as capacidades técnicas e operacionais das pequenas, médias e microempresas locais, a fim de satisfazer às normas reconhecidas internacionalmente, aumentando assim seu acesso às oportunidades de negócios oferecidas pela operadora e outras empresas. Como parte deste programa, durante o ano, a versão final da nova estratégia de conteúdo local foi apresentada ao Governo e dois especialistas em conteúdo local foram contratados.

- **Acordos de Desenvolvimento Local (ADL)**

O Consórcio pretende adoptar numa nova abordagem no desenho e implementação de investimentos sociais através do estabelecimento de Acordos de Desenvolvimento Local a serem assinados dentro da área de impacto das operações, visando alinhar as orientações da Política de RSC de Moçambique para o sector extractivo, demonstrar o compromisso da UJV em responder às reais necessidades das comunidades, bem como criar um senso de responsabilidade partilhada e apropriação dentro das partes envolvidas (Governo, comunidades afectadas e o Consórcio).

Os ADL definirão os principais termos e condições para a implementação de projectos e programas de investimento social, emprego local e programas de conteúdo local. Actualmente, a negociação dos termos do acordo para Govuro e Inhassoro ainda está em curso e reuniões de trabalho com possíveis parceiros de implementação, nomeadamente a SNV e a GIZ.

3. Actividades da CMH

3.1 Aspectos Legais

Considerando que o Contrato de Vendas de Hidrocarbonetos Líquidos celebrado em Julho de 2018 terminou a 30 de Junho de 2019, os Parceiros da JO iniciaram e concluíram o concurso para a escolha do comprador de hidrocarbonetos líquidos da área do PPA, onde a Petromoc voltou a ser a escolhida.

Durante o reportado período, a CMH esteve envolvida nas negociações do Acordo de Desenvolvimento Conjunto e Recuperação de Custos referentes a Trabalhos Integrados

(JDA), a ser assinado entre os Parceiros da UJV e a SPM e em negociação com a Sasol Gas para o desenvolvimento do Projecto PIC visando abordar as possíveis soluções para a questão do défice de reservas.

Durante o reportado ano, nos termos dos Procedimentos Contabilísticos do Acordo de Operações Conjuntas, a CMH e o IFC notificaram a SPT da sua intenção de auditar a Conta Conjunta e os registos da SPT, referentes ao período compreendido entre 1 de Julho de 2017 a 30 de Junho de 2018. Nesse sentido, foi celebrado um contrato de auditoria entre a CMH e a *Deloitte*, cuja auditoria iniciou a 15 de Outubro de 2018, por 3 meses. Paralelamente, foi celebrada uma Carta-Acordo (*letter agreement*) entre a CMH e o IFC, com vista a que o IFC reembolse a parte que a CMH pagar pelo IFC no Contrato de Auditoria.

Não há litígios a reportar durante este período.

3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o presente período, o valor das acções da CMH cotadas na BVM variou positivamente de 800 Meticais para 1 200 Meticais. A 30 de Junho de 2019, a CMH tinha 1 241 accionistas, dos quais 1 239 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

3.3 Recursos Humanos

Em Junho de 2019 a CMH contava com um total de 24 trabalhadores dos quais 84% eram quadros superiores e não houve contratação de trabalhadores para o quadro de pessoal. Tendo terminado o mandato do Director Executivo, o Conselho de Administração deliberou a sua recondução com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2018.

De modo a contribuir com seu papel contínuo de responsabilidade social e proporcionar experiência profissional a estudantes recém graduados e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país, a CMH continua a oferecer um programa de estágio pré-profissional pelo período de seis meses na área legal, técnica e administrativa.

No mês de Agosto de 2018, uma jurista e uma engenheira terminaram seu program de estágio pré-profissional. Em Setembro de 2018 um jurista e uma engenheira química foram

contratados, sendo que em Outubro de 2018 a engenheira química desvinculou-se pelo facto de ter encontrado um emprego a tempo inteiro em outra instituição. Em Março de 2019 e Abril uma jurista, uma contabilista e uma engenheira de minas foram contratadas.

A CMH continua a priorizar a formação profissional dos seus colaboradores. Durante o referido período, tanto quadros júniores como séniores beneficiaram-se de programas de formação com especial enfoque às áreas financeira, legal e técnica, tais como *Model Contract Workshop*, *Certified Information Systems Security Professional*, *Field Processing & Surface Production Facilities* e formação na área de gestão de fundos de pensões de modo a melhor acompanhar as actividades do Fundo de Pensões dos Trabalhadores da CMH sob a gestão da Moçambique Previdente.

De 29 de Outubro a 22 de Novembro de 2018, um economista da CMH participou em um curso de formação sobre Economia de Petróleo organizado pela China National Petroleum Corporation (CNPC) em parceria como Grupo ENH, em Beijing, China.

De modo a estar a par das actividades da Central de Processamento de Pande e Temane, em Outubro de 2018 e Maio de 2019, um geólogo, um engenheiro de produção e técnico de TICs da CMH deslocaram-se à CPF para acompanhar o processo de *Fiscal Metering Calibration* e em Dezembro de 2018, Maio e Junho de 2019, um jurista, um técnico administrativo, um economista e dois geólogos participaram na contagem semestral e anual do inventário físico existente na planta da CPF.

Está em curso o processo de revisão o regulamento interno e qualificador das ocupações, carreiras profissionais e funções da CMH.

3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

No âmbito da sua responsabilidade social empresarial, a CMH continua a apoiar a implementação de projectos sociais destinados a aliviar a pobreza e aumentar o acesso a serviços básicos e oportunidades nas comunidades vulneráveis e desprivilegiadas em Moçambique.

Para o exercício findo em 30 de junho de 2019, foram desembolsados USD 193 292 para a

implementação de projectos em diversas áreas de actuação como o desporto, a cultura, a educação, a saúde, desenvolvimento do empresariado local, resposta a emergências, reabilitação e construção de infraestruturas, entre outras.

De Julho de 2018 a Junho de 2019, as seguintes atividades devem ser destacadas:

- **Cultura e desporto**

Na cultura, a CMH patrocinou a produção da edição de 2018 do CD Ngoma Moçambique e a produção de duas obras literárias, nomeadamente: “Kitamburisho Memória da nossa História” e “A Bela, a Bola e o Monstro”, onde a primeira é uma memória sobre a guerra de libertação moçambicana e a segunda retrata experiências de uma ex-desportista que superou a desigualdade e o preconceito.

Na área do desporto, apoio a participação da selecção nacional feminina de basquetebol de sub-19 no campeonato mundial da FIBA de basquetebol feminino, bem como apoiou a participação da selecção nacional de judo sénior no campeonato africano de judo na Africa do Sul.

- **Resposta de emergência à calamidades naturais**

Na sequência do ciclone Idai, a CMH associou-se à sua holding (ENH) para ajudar a recuperação das populações nas províncias de Manica e Sofala, doando um valor monetário que foi canalizado para as vítimas através do Instituto Nacional de Gestão de Calamidade. (INGC). Paralelamente, os colaboradores da ENH e suas afiliadas contribuíram com diversos gêneros alimentícios e roupas que foram entregues ao Centro Nacional de Operações de Emergência (CENOE).

- **Reabilitação e construção de infraestruturas**

No decurso do ano, realizou-se a entrega definitiva de obras de reabilitação e construção financiadas em anos anteriores, nomeadamente: reabilitação da escola primária Kanimambo, abertura de furos para água em Mangundze e Matsinhane, construção e reabilitação de um muro de vedação no Ministério Arco-Íris.

- **Empoderamento da mulher e da rapariga**

Por ocasião do dia da mulher moçambicana, em parceria com a ONG Wamina, foi ministrada uma palestra sobre saúde sexual e higiene feminina direccionada a cerca de 200 raparigas da escola primária Kanimambo onde foram igualmente distribuídos pensos higiénicos reutilizáveis, com o objectivo de combater o estigma contra a menstruação e fornecer uma solução de cuidados sanitários sustentável às raparigas desprivilegiadas.

- **Apoio aos eventos**

No período, a CMH patrocinou a realização da Conferência de Conteúdo Local em Maputo, com o objectivo de promover e apoiar a participação activa do setor empresarial nacional na indústria de petróleo e gás, bem como a criação de políticas apropriadas para regular a participação local.

Durante toda a quadra festiva, a CMH apoiou a realização de confraternizações no Hospital Psiquiátrico Infulene e na Associação Nós Por Exemplo, garantindo a passagem de festas condignas aos pacientes e às crianças desprivilegiadas.

Além disso, foram também patrocinados outros eventos realizados pela ACCLN (Associação dos Antigos Combatentes da Guerra de Libertação Nacional) e pelo MIREME (Ministério dos Recursos Minerais e Energia).

- **Bem-estar dos colaboradores**

Internamente, foram realizados eventos e acções alusivas ao Fim do Ano Civil, ao Dia do Trabalhador, ao Dia da Mulher Moçambicana e ao aniversário da CMH.

3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

3.6 Assembleia Geral

A 28 de Setembro de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovados o Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2018, bem como a distribuição de dividendos. Durante a mesma sessão:

- Foi homologado o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos à Petromoc; e
- Foram reeleitos os membros do Conselho Fiscal.

3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de IFRS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), emitidas e em vigor em 30 de Junho de 2019.

3.8 Gestão da dívida

3.8.1 Serviço da dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2019, a CMH cumpriu as obrigações relacionadas com o serviço da dívida dos primeiros e segundos contratos de empréstimos. Um montante total de USD 9 909 539 foi pago como serviço da dívida durante este ano, sendo USD 9 125 310 relativos a amortização do capital e USD 784 229 relativos a juros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	15-Dez-18		15-Jun-19		Total AF 19		Saldo da dívida
	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	
DBSA TRANCHE B	254 041	2 261 860	175 061	2 261 860	429 102	4 523 720	2 261 859
EmpréstimoAFD B	214 467	2 300 795	140 660	2 300 795	355 127	4 601 590	2 300 796
TOTAL	468 508	4 562 655	315 721	4 562 655	784 229	9 125 310	4 562 655

O saldo actual da dívida da CMH é de USD 4 562 655.

3.8.2 Rácios Financeiros

O pagamento dos dividendos está sujeito a determinados rácios financeiros calculados numa base semestral, nomeadamente:

Ratios	30 de Junho de 2018	31 de Dezembro de 2018	30 de Junho de 2019	Dividends Level (AAP) ^a	Default Level (AAP)
Rácio de Projectão Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	1.89	2.85	1.80	1.5	1.35
Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida	4.51	3.43	4.55	1.5	1.35
Rácio de Cobertura do Empréstimo	2.60	4.01	2.59	2.0	1.6
Rácio Dívida / Capital	4:96	3:97	1:99	N/A ^b	70:30

a. AAP – Apos o período de disponibilidade

b. Não Aplicável

3.9 Investimento de curto prazo (Investimentos Permitidos)

3.9.1 Contas no estrangeiro (Off-Shore)

De acordo com os contratos de financiamento, os financiadores (AFD e DBSA) autorizaram a CMH a investir até 90% do saldo nas contas *offshore* (conta de Reserva do Serviço da Dívida, conta de Reserva de despesas de Investimento e conta de Receitas) em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul Lda.

Durante este exercício, um montante de USD 120 173 207 foi investido semestralmente a uma taxa de juros média de 3,12%. Até a data os juros auferidos foram de USD 5 566 906.

3.9.2 Contas no país (On-Shore)

De modo a obter juros razoáveis nas contas correntes (on-shore) a CMH convidou vários bancos Moçambicanos a apresentarem propostas de termos e condições para remuneração dos depósitos correntes nessas contas.

A melhor proposta oferecida pelo Barclays Bank Moçambique e First National Bank Moçambique, por um período de 12 meses foi de 7% para a conta em Meticais e 0,25% para a conta em USD, desde 1 de Abril 2019.

3.10 Dividendos pagos e declarados

A 28 de Setembro de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde os accionistas aprovaram a distribuição de 100% dos lucros. Durante o ano financeiro (AF) 19, a CMH pagou o montante total de USD 30 273 117 a título de dividendos para os seus accionistas, sendo que USD 7 790 000 foram pagos no dia 18 de Setembro de 2018, USD 4 600 000 foram pagos a 25 de Fevereiro de 2019 e USD 17 703 117 foram pagos no dia 17 de Abril de 2019, tais dividendos são relativos aos anos AF15, AF 16, AF 17 e AF 18 e os referidos

pagamentos foram feitos observando o desempenho dos rácios financeiros da CMH.

	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			
Ano Financeiro	Data da Assembleia Geral	Dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data do pagamento	Montante pago em USD	Total de Dividendos pagos	Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição
AF06 - AF14			91 038 327		29 637 820	29 637 820	
AF15	29/09/2015	50%	26 459 793	23 de Setembro 2014	7 205 584	30 000 000	
				16 de Abril 2015	22 794 416		
AF16	29/09/2016	50%	12 120 939	17 de Setembro 2015	14 930 000	21 430 000	
				14 de Abril 2016	6 500 000		
AF17	29/09/2017	70%	15 842 415	22 de Setembro 2016	3 460 000	11 810 000	
				13 de Abril 2017	8 350 000		
AF18	28/09/2018	100%	30 273 117	21 de Setembro 2017	6 980 000	22 320 357	
				11 de Dezembro 2017	4 209 256		
				11 de Dezembro 2017	2 911 101		
				19 de Abril 2018	8 220 000		
AF19				18 de Setembro 2018	7 970 000	30 273 117	
				25 de Fevereiro 2019	4 600 000		
				17 de Abril 2019	17 703 117		
Total			175 734 590		145 471 294	145 471 294	30 263 296

4. Eventos subsequentes

Presentemente, estão em curso negociações da 8ª Emenda ao Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA1) e a 6ª Emenda ao Segundo Contrato de Venda de Gás (GSA2) para o fornecimento de gás em excesso, na condição de as Vendedoras não serem responsabilizadas por qualquer gás em falta durante os primeiros três anos de défice de reservas.

O excesso de gás afeta as receitas anuais e representa 0,41% da receita total.

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2019 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Adicionando, os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório e Contas.

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante, para que a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras estejam isentas de distorções materialmente relevantes, quer devidas por fraude, quer por erro, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz, bem como a conformidade com as leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

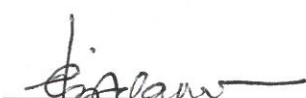
Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade poder continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Mocambiçana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Agosto de 2019 e foram assinadas em seu nome por:

Maputo, 28 de Agosto de 2019


Jahir Adamo

Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co/mz

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para os Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“a Empresa”), constantes das páginas 45 a 99, que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2019, e as demonstrações de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, em 30 de Junho de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base de Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades sob essas normas são descritas na secção de *Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA)* e outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, no nosso julgamento profissional, foram as mais significativas na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram tratadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Imparidade de activos de exploração e avaliação e central de processamento

Por favor, consulte as políticas contabilísticas nas notas 3.5 e 3.8, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 11 das demonstrações financeiras.

Matéria Relevante de Auditoria

Como foi abordada a matéria na nossa auditoria

Os activos de exploração e avaliação da Empresa e a unidade de processamento (CPF) constituem uma parcela significativa de propriedade, instalações e equipamento sendo USD 198 milhões do total do saldo de propriedade, instalações e equipamento no valor de USD 215 milhões. É necessário que seja avaliado para indicadores de imparidade numa base anual e devido à natureza da classe do activo, isso envolve julgamento significativo.

A avaliação da imparidade foi considerada uma matéria relevante na auditoria das demonstrações financeiras devido à incerteza inerente, julgamentos significativos, pressupostos e estimativas aplicados, que incluem estimativas da reserva mineral remanescente, preços do petróleo e gás no mercado internacional e taxas de juro futuras.

Os nossos procedimentos de auditoria incluem:

- avaliamos a análise da gestão dos possíveis indicadores de imparidade internos e externos através de inquéritos com a gestão e ao operador da operação conjunta, revisão de actas de vários comités da operação conjunta e do conselho de administração da empresa, verificações de activos físicos e análise do impacto de vários fundamentos económicos nas operações da empresa que incluem preços de petróleo e gás no mercado internacional e taxas de juro.
- avaliamos o desenho, a implementação e a eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que as suas avaliações de imparidade fossem adequadamente realizadas e revistas.
- solicitamos o auxílio de especialistas internos e externos da gestão para que fosse possível avaliar as reservas minerais remanescentes e avaliamos a sua competência profissional, objectividade, capacidade e adequação do trabalho realizado desafiando o seu trabalho e considerando a extensão da influência da gestão sobre os mesmos.
- avaliamos os orçamentos da Empresa em conformidade com as reservas evidenciadas como remanescentes e comparamos os orçamentos anteriores da Empresa relativamente ao desempenho real nos períodos correntes para que fosse possível avaliar a adequação dos “inputs” e a precisão do processo de orçamento.
- consideramos a estimativa de vida útil feita pela gestão em função das estimativas de reservas evidenciadas como remanescentes, conforme determinado por especialistas em estimativas de reservas minerais, capacidade

de produção anual e licença de operação aprovada da empresa.

Comparamos igualmente as divulgações da Empresa com relação às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras em relação aos requisitos das normas contabilísticas relevantes.

Provisão de abandono e custo de reabilitação

Por favor, consulte as políticas contabilísticas na nota 3.7, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 19 das demonstrações financeiras.

Matéria Relevante de Auditoria

A Empresa é obrigada a reabilitar o local de exploração no final do projecto, conforme o Acordo de Produção de Petróleo. Uma provisão é reconhecida em relação aos custos estimados para fechar e reabilitar o local.

O cálculo dessas provisões exige julgamento da gestão na estimativa de custos futuros, tendo em conta a natureza exclusiva de cada local e as possíveis obrigações associadas. Esses cálculos são igualmente descontados para determinar o valor presente dos custos de reabilitação do local. A restauração e reabilitação de cada local é relativamente única e tem havido actividade limitada de restauração e reabilitação para comparar as estimativas de custos futuros, e mudanças nas leis e regulamentos locais e a abordagem esperada pela gestão para restauração e reabilitação poderia ter um impacto significativo no valor da provisão reconhecida. O julgamento significativo envolvido na determinação da provisão resultou numa matéria relevante de auditoria.

Como foi abordada a matéria na nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluem:

- avaliamos as obrigações legais e/ou construtivas em relação à restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da lei que rege a exploração de recursos minerais.
- solicitamos o auxílio de especialistas internos e externos da gestão para que fosse possível avaliar a provisão de abandono e custo de reabilitação e avaliamos a sua competência profissional, objectividade, capacidades e adequação do trabalho realizado desafiando o trabalho e os pressupostos aplicados, considerando a extensão da influência da gestão sobre os mesmos e avaliando as suas qualificações e experiência profissional.
- avaliamos a precisão dos cálculos e a adequação da taxa de desconto aplicada comparando a taxa de desconto relativamente a dados de terceiros e normas do sector.

Consideramos igualmente a adequação das divulgações da Empresa relacionadas com a provisão de abandono e custo de reabilitação nas demonstrações financeiras de acordo com as normas de relato financeiro aplicáveis.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis por outra informação. A outra informação compreende toda a informação nas Demonstrações Financeiras Anuais. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre o mesmo.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou caso contrário apresente distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e correcta apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir que a preparação das demonstrações financeiras esteja isenta de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando a base da contabilidade operacional, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão proceder dessa maneira.

Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre distorções materiais quando existem. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as tomadas de decisões económicas dos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificar e avaliar os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a anulação do controlo interno.
- Obter uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.

- Avaliar a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluir sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, às salvaguardas relacionadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente esperadas de superar os benefícios de interesse público de tal comunicação.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por :



Hem Chandra Joshi, 57/CA/OCAM/2014

Sócio

16 de Setembro de 2019

VI DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Do exercício findo em 30 de Junho de 2019

(Valor em USD)	Notas	2019	2018
Rédito	6	95 880 887	81 466 600
Outras receitas		4 702	71
Custos operacionais	7	(42 004 958)	(39 717 396)
		53 880 631	41 749 275
Receitas/(custos) financeiros líquidos	8	1 534 311	(978 249)
Receitas financeiras		4 705 538	2 531 326
Custos financeiros		(3 171 227)	(3 509 575)
Lucro antes do imposto		55 414 942	40 771 026
Imposto sobre o rendimento	9	(17 566 754)	(10 789 659)
Lucro do exercício		37 848 188	29 981 367
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos			
Remensuração do passivo de benefício definido, líquido de impostos	23	238 665	291 750
Total de rendimento integral		38 086 853	30 273 117
Resultados por acção			
Básicos por acção	10.1	6.37	5.05
Diluídos por acção	10.1	6.37	5.05

VII DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A 30 de Junho de 2019

(Valor em USD)	Notas	2019	2018
ACTIVOS			
Activos não – correntes			
Propriedade, instalações e equipamento	11	215 179 032	207 235 844
Activos intangíveis	12	6 492 298	7 142 034
Activos não – correntes		221 671 330	214 377 878
Activos correntes			
Inventários	13	941 890	977 297
Clientes e outros devedores	14	5 911 642	11 195 521
Benefícios dos empregados	23	444 170	-
Caixa e equivalentes de caixa	15	167 364 010	150 996 055
Activos correntes		174 661 712	163 168 873
Total dos activos		396 333 042	377 546 751
Capital próprio			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	17.1	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	17.2	14 296 822	14 296 822
Resultados acumulados		190 602 855	182 789 119
Total de capital próprio		235 243 656	227 429 920
PASSIVOS			
Passivos não – correntes			
Empréstimos	18	-	4 562 655
Provisões	19	70 489 806	62 916 696
Credores	20	41 872	50 518
Benefícios dos empregados	23	-	673 160
Impostos diferidos	9.3	60 204 925	60 825 437
Passivos não – correntes		130 736 603	129 028 466
Passivos correntes			
Empréstimos	18	4 562 655	9 125 310
Provisões	19	13 353 052	1 745 588
Fornecedores e outros credores	20	4 203 681	5 887 868
Dívidas a pagar entre empresas do grupo	21	12 398	7 687
Imposto sobre o rendimento	9	8 220 997	4 321 912
Passivos correntes		30 352 783	21 088 365
Total dos passivos		161 089 386	150 116 831
Total de capitais próprios e passivos		396 333 042	377 546 751

VIII DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Do exercício findo em 30 de Junho de 2019

(em USD)	Capital Social	Capital Suplementar	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Lucro/(Perda) Acumulados	Total de Capital próprio
Saldo em 1 de Julho de 2017 (reexpresso)	25 286 649	4 000 000	5 057 330	14 296 822	174 836 359	223 477 160
Lucro do exercício	-	-	-	-	29 981 367	29 981 367
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	291 750	291 750
<i>Transacções com os accionistas da empresa</i>						
Dividendos	-	-	-	-	(22 320 357)	(22 320 357)
Reembolso do capital suplementar	-	(4 000 000)	-	-	-	(4 000 000)
Saldo em 1 de Julho de 2018	25 286 649	-	5 057 330	14 296 822	182 789 119	227 429 920
Lucro do exercício	-	-	-	-	37 848 188	37 848 188
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	238 665	238 665
<i>Transacções com os accionistas da empresa</i>						
Dividendos	-	-	-	-	(30 273 117)	(30 273 117)
Saldo em 30 de Junho de 2019	25 286 649	-	5 057 330	14 296 822	190 602 855	235 243 656

IX DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Do exercício findo em 30 de Junho de 2019

(em USD)	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucro líquido		37 848 188	29 981 367
Ajustamento para:			
Depreciação e amortização	7	22 508 079	21 915 295
Perdas cambiais não realizadas		5 053	914
Receita de juros	8	(4 386 903)	(2 244 797)
Gasto de juros	8	2 639 621	3 105 508
Imposto sobre o rendimento	9	17 566 754	10 789 659
		<u>76 180 792</u>	<u>63 547 946</u>
Variação em:			
Dívidas entre empresas do grupo		4 712	(11 558)
Cientes e outros devedores		5 279 539	6 453 919
Inventário		35 407	(67 554)
Benefícios dos empregados		(954 016)	(303 956)
Fornecedores e outros credores		(1 692 833)	3 781 854
Caixa gerado de actividades operacionais		<u>78 853 601</u>	<u>73 400 651</u>
Imposto pago	9	(14 288 182)	(14 331 554)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		<u>64 565 419</u>	<u>59 069 097</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	11	(12 528 291)	(20 934 019)
Aquisição de activos intangíveis	12	-	(2 669)
Alienação de activos tangíveis		39 844	-
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		<u>(12 488 447)</u>	<u>(20 936 688)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos	18	(9 125 310)	(9 125 310)
Reembolso do capital suplementar		-	(4 000 000)
Dividendos pagos	17.3	(30 273 117)	(22 320 357)
Juros recebidos		4 391 243	2 244 797
Juros pagos		(772 132)	(1 263 061)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		<u>(35 779 316)</u>	<u>(34 463 931)</u>
Fluxo líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>16 297 656</u>	<u>3 668 478</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		150 996 055	147 291 955
Efeitos cambiais sobre o caixa		70 299	35 622
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	15	<u>167 364 010</u>	<u>150 996 055</u>

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique a 26 de Outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional está relacionada com o desenvolvimento de operações petrolíferas como sua actividade principal.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CPF). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo *Farm-Out* foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à International Finance Corporation (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Development Bank of Southern Africa (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH executar o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota de receitas e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção do CPF, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção do CPF de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando as vendedoras a fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As transacções e os saldos relativos à quota da empresa nas operações do consórcio baseiam-se no Resumo de Transacções e nas informações disponibilizadas pelo operador.

2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte Americanos, que igualmente constitui a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte Americano mais próxima.

2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Várias novas normas, emendas às normas e interpretações são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2019 e não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão descritas abaixo. A Companhia não pretende adoptar essas normas antecipadamente. Estas serão adoptadas no período em que se tornarem obrigatórias, salvo indicação em contrário:

Efectiva para o exercício financeiro com início em 1 de Julho de 2019

- IFRIC 23 Incerteza sobre os Tratamentos do Imposto sobre o Rendimento
- Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa (Emenda à NIRF 9)
- Participações de longo prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda à NIC 28)
- Plano de Emenda, Corte e Liquidação (Emenda à NIC 19)
- IFRS 16 Locações

Efectiva para o exercício financeiro com início em 1 de Janeiro de 2021

- NIRF 17 Contratos de Seguros

Fora do mencionado acima, as Normas e Interpretações seguintes não são aplicáveis aos negócios da entidade e, portanto, não terão impacto sobre as futuras demonstrações financeiras.

- Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa (Emenda à NIRF 9)
- Participações de longo prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda à NIC 28)
- IFRS 16 Locações

Os administradores são de opinião que o impacto da aplicação das demais Normas e Interpretações será o seguinte:

IFRIC 23 Incerteza sobre os Tratamentos do Imposto sobre o Rendimento

A IFRIC 23 esclarece a contabilização de tratamentos do imposto sobre o rendimento que ainda não foram aceites pelas autoridades fiscais. Especificamente, a IFRIC 23 fornece uma orientação sobre como incorporar essa incerteza na mensuração do imposto conforme reportado nas demonstrações financeiras.

A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre:

- Julgamentos feitos;
- Pressupostos e outras estimativas usadas; e
- O potencial impacto de incertezas que não são reflectidas.

Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras, pela aplicação da IFRIC 23. A IFRIC 23 aplica-se a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2019.

Plano de Emenda, Corte ou Liquidação (Emenda à NIC 19)

As emendas do IASB à NIC 19 abordam a contabilização quando ocorrem emendas, corte ou liquidação de um plano durante um período de relato.

As emendas esclarecem o seguinte:

- no que respeita à emenda, corte ou liquidação de um plano de benefícios definidos, é agora obrigatório que as entidades utilizem os pressupostos actuariais actualizados para determinar o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período; e
- o efeito do limite do activo não é considerado ao calcular o ganho ou a perda em qualquer liquidação do plano e é tratado separadamente em outro rendimento integral.

As emendas devem ser aplicadas prospectivamente para o planeamento de emendas, cortes ou liquidações que ocorram em ou após 1 de Janeiro de 2019, com aplicação antecipada permitida. Não se espera nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras.

3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.16 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Actividades de empreendimento conjunto

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de um Empreendimento conjunto não incorporado (*Joint Operation*), nos termos da qual o empreendimento conjunto não é registado como uma empresa separada, mas cada parte da JO, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e rendimentos líquidos das operações.

3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio do final de ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

As diferenças de câmbio resultantes da reconversão da moeda são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte de proveitos financeiros ou custos financeiros.

3.3. Instrumentos Financeiros

Política aplicável depois 1 de Julho de 2018

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que sejam contas a receber sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor acrescido, para um item não a justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam

directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem um componente de financiamento significativo são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

Classificação e mensuração

A Empresa classificou os seus activos financeiros em duas categorias; Activos financeiros mensurados ao custo amortizado e activos financeiros registados pelo justo valor através de outro rendimento integral. A classificação é efectuada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios de activos financeiros e dos fluxos de caixa esperados.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Aqueles com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa mensurados ao custo amortizado compreendem “contas a receber”, “caixa e equivalentes de caixa” e “outras contas a receber” nas demonstrações financeiras. Esses activos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por imparidade. Receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Ao aplicar esse método, nenhum impacto material é observado ao calcular a perda de crédito esperada nas contas a receber.

Desreconhecimento

Activos financeiros

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Passivos financeiros

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a entidade tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Política aplicável antes de 1 Julho de 2018

Activos financeiros não-derivados

A empresa reconhece inicialmente os empréstimos e contas a receber na data em que são originados. Todos os outros activos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção na qual a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade desconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expirarem ou quando forem transferidos os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro numa transacção em que todos os riscos e recompensas de propriedade do activo financeiro sejam, substancialmente, transferidos. Qualquer juro sobre os activos financeiros transferidos que seja criado ou retido pela Empresa é reconhecido como um activo ou passivo separado. Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a empresa tiver um

direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar, simultaneamente, o passivo.

A entidade tem os seguintes activos financeiros não-derivados: empréstimos e contas a receber.

Empréstimos e devedores – Esses activos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor mais todos os custos da transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e os devedores são mensurados ao custo amortizado, pelo método de juro efectivo menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e devedores incluem clientes, empresas do grupo e devedores (ver a nota 14).

Caixa e equivalentes de caixa compreendem as notas e moedas em numerário e os depósitos, com maturidades iniciais de seis meses ou inferiores.

Passivos financeiros não-derivados

A Empresa reconhece inicialmente as garantias de dívida emitidas e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transacção em que a Empresa se torne parte das disposições do instrumento contratual. A Empresa desconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são libertadas ou canceladas ou expiram. A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não-derivados: empréstimos e credores os quais incluem credores entre empresas do grupo. Esses passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu justo valor mais todos os custos de transacção directamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são mensurados, usando-se o método da taxa de juro efectiva.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Propriedade, instalações e equipamento

Reconhecimento e mensuração

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por perdas por imparidade acumulada.

O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauro do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) dos activos fixos tangíveis.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação receitas de venda com quantia escriturada dos itens de activos fixos tangíveis e são reconhecidos em “outros proveitos e custos” na demonstração de resultados.

Custos subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte fluam para a Empresa e o custo possa ser medido com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

As depreciações são registadas em ganhos e perdas numa base de quotas constantes sobre as vidas úteis estimadas de cada item de propriedade, instalações e equipamento. Os investimentos em curso não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

-Veículos motorizados	4 - 5 anos
-Equipamento	4 – 10 anos
-Edifícios	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Custos de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento

O método de esforço bem-sucedido é usado para contabilizar a exploração de gás e as actividades de avaliação. Os custos geológicos e geofísicos relativos a furos exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e

avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por imparidade é reconhecida.

As actividades de desenvolvimento envolvem um plano ou desenho para a produção de produtos e processos novos ou substancialmente melhorados. A despesa de desenvolvimento é capitalizada somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma fiável, o produto ou o processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros sejam prováveis e a Empresa pretenda e tenha recursos suficientes para completar o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

A despesa capitalizada inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que sejam directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relativos ao desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outra despesa de desenvolvimento é reconhecida em lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

A despesa incorrida para perfurar e equipar furos em desenvolvimento em propriedades comprovadas é capitalizada como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento na data em que é comissionada.

A despesa de desenvolvimento capitalizada é mensurada ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

A depreciação dos activos de exploração e das despesas de desenvolvimento capitalizadas mais os custos de comissionamento é baseada no método de unidades de produção, numa base de campo-a-campo, calculada com utilização de uma estimativa das reservas comprovadas desenvolvidas de petróleo e gás. Estas reservas representam as reservas remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos Vendedores usado para cálculo retroactivo da depreciação no início de cada ano financeiro.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos dos bens fluam para a empresa, e os custos dos activos

possam ser mensurados de forma fiável. Os activos intangíveis consistem apenas de direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Contrato de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000, que expira em 2034 (ver a nota 1). Este activo intangível é amortizado segundo o método quotas constantes.

Custos subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentarem os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico ao qual se relacionem. Todas as outras despesas, incluindo as despesas de “goodwill” e marcas, geradas internamente, são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, conforme incorridas.

3.7. Provisões

As provisões para restauro ambiental e qualquer acção judicial são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; é provável que uma perda de recursos seja necessária para pagar a obrigação; e o montante tenha sido estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local das instalações é reconhecida como e quando o passivo de carácter ambiental surge.

Onde um passivo de carácter ambiental e de fecho resultem de actividades de desenvolvimento mineiro, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação surgir de actividades de produção mineira, tal obrigação constitui gastos, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa revistos, a uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as taxas de mercado correntes e os riscos específicos da obrigação. As alterações das provisões que foram capitalizadas aquando do reconhecimento inicial no custo do activo relacionado são adicionadas ou deduzidas da quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de fluxo (*outflow*) ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de fluxo (*outflow*) respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. As provisões são

mensuradas ao valor presente das despesas previstas como necessárias para o pagamento da obrigação, usando-se uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O acréscimo das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa de juro.

3.8. Imparidade dos Activos

Política aplicável a partir de 1 de Julho de 2018 – Instrumentos Financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas por perdas de crédito esperadas sobre:

- activos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- activos de contratos (conforme definido na NIRF 15).

A Companhia mensurou as provisões para perdas com um valor igual às Perdas de crédito esperadas vitalícias, excepto as seguintes, que são mensuradas como Perdas de crédito esperadas de 12 meses.

- títulos de dívida que estão determinados a ter baixo risco de crédito na data de relato; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de incumprimento durante a vida esperada do instrumento financeiro) não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas para recebíveis comerciais e ativos contratuais são sempre mensuradas por um valor igual às Perdas de Crédito Esperadas.

Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar Perdas de Crédito Esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis, relevantes e disponíveis, sem custo ou esforço indevido. Isso inclui quantidades e informações e análises qualitativas, com base na experiência histórica da empresa e na avaliação de crédito informada, incluindo informações prospectivas.

A Companhia assume que o risco sobre um activo financeiro aumentou significativamente se houver mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um activo financeiro em incumprimento quando:

- é improvável que o mutuário pague integralmente as suas obrigações de crédito com a Companhia, sem o recurso de acções da Companhia, como a realização (se houver);
- o activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

Perdas de crédito esperadas ao longo da vida são as ACLs resultantes de todos os possíveis eventos padrão durante a vida útil esperada de um instrumento financeiro. Perdas de Crédito Esperadas de 12 meses são a parcela de Perdas de Crédito Esperadas que resultam de eventos padrão possíveis que, nos 12 meses após a data de relato (ou um período mais curto do esperado do instrumento seja inferior a 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de Perdas de Crédito Esperadas é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das Perdas de Crédito Esperadas

Perdas de Crédito Esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todos os défices de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Perdas de Crédito Esperada são descontadas à taxa de juro efectiva do activo financeiro.

Activos financeiros em imparidade por perdas de crédito

A cada data de relato, a Companhia avalia se os activos financeiros mensurados ao custo amortizado estão em imparidade por perdas de crédito. Um activo financeiro se encontra em situação de "imparidade por perdas de crédito" quando um ou mais eventos que apresentam um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorreram.

A evidência de que um activo financeiro está em situação de imparidade por perdas de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- quebra de contrato, como incumprimento ou atraso de mais de 90 dias;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pela Companhia em termos que a Companhia não consideraria de outra forma;
- é provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado activo de um título devido a dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para Perdas de Crédito Esperadas na demonstração da posição financeira

As provisões para perdas para activos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas da quantia escriturada bruta dos activos.

Abates

A quantia escriturada bruta de um activo financeiro é abatida (parcial ou totalmente) na medida em que não exista uma perspectiva realista de recuperação. Geralmente, esse é o caso quando a Companhia determina que o devedor não possui activos ou fontes de receita que possam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. No entanto, os activos financeiros que são abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução para satisfazer os procedimentos da Companhia relativamente a recuperação de valores devidos.

Política aplicável antes de 1 de Julho de 2018

Activos não financeiros

A quantia escriturada dos activos da entidade, com excepção dos inventários, é revista em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o seu montante recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de ativos identificáveis que gera fluxos de caixa que são amplamente independentes de outros ativos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

O montante recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos outros activos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

Activos financeiros não-derivados

Um activo financeiro não classificado ao justo valor através de lucros ou prejuízos, é avaliado à cada data de relato, para determinar se existe evidência objectiva de imparidade.

Um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do activo e, que aquele evento (perda) teve impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados desse activo que pode ser estimado de forma fiável.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui incumprimento ou dificuldade de pagamento do devedor, reestruturação de um montante devido à Entidade em condições de que a Entidade de outra forma não consideraria, indicação de que o devedor ou emitente entrará em falência, mudanças adversas na situação de pagamento dos mutuários ou emitentes, condições económicas relacionadas com incumprimento ou desaparecimento de um mercado activo e seguro. Contudo, para um investimento de títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo é evidência objectiva de imparidade.

A entidade considera evidência de imparidade de activos financeiros mensurados pelo custo amortizado (empréstimos e contas a receber), quer para o activo específico e colectivo. Todos os activos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados quanto à sua imparidade específica. Aqueles activos que não se verificam com a imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que tenha sido incorrida, mas ainda não identificada. Os activos que não são individualmente significativos são avaliados colectivamente pelo agrupamento de activos com características de risco semelhantes.

Na avaliação colectiva de imparidade, a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de incumprimento, de prazo de recuperação e montantes dos prejuízos incorridos, ajustados pelo julgamento da administração sobre se as condições económicas actuais e de crédito são de tal ordem prejuízos reais maiores ou menores do que as seguidas pelas tendências históricas.

Uma perda por imparidade em relação a um activo financeiro mensurado pelo custo

amortizado é calculada pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. As perdas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos e reflectidas numa conta de provisão contra empréstimos e contas a receber. Os juros de activos em imparidade continuam a ser reconhecidos. Quando um evento ocorre depois de a imparidade ter sido reconhecida, a perda por imparidade é reduzida, a diminuição da perda de imparidade é revertida através de lucros ou prejuízos. A reversão não irá resultar em um valor contabilístico do ativo financeiro que exceda o que o custo amortizado teria sido se a imparidade não tivesse sido reconhecida na data em que o valor é revertido.

3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e impostos diferidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos excepto que o imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relatório, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar respeitantes aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes usados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros

tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.10. Benefícios dos Empregados

O custo dos benefícios a curto-prazo dos empregados, tais como salários, direito dos trabalhadores a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o empregado presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo do bónus revisto, somente quando tem uma obrigação presente, legal ou construtiva de efectuar esse pagamento e uma estimativa fiável possa ser feita.

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições para o fundo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), para o qual todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a contribuir, baseiam-se numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrerem.

Plano de benefício definido

O fundo de benefício definido foi criado em 2017. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos atual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um ativo potencial para a empresa, o ativo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos

benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente no OCI. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

As obrigações de curto prazo referentes aos benefícios a pagar aos trabalhadores são mensuradas numa base não descontada e são registadas como despesas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar, a curto prazo ao abrigo de um plano de pagamento de bónus se a entidade tiver obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor por algum serviço que o trabalhador tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

3.11. Inventários

Os inventários são mensuradas pelo menor valor do custo de aquisição e pelo valor realizável líquido. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição de activos, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para conseguir colocá-los no mesmo local e condição.

O custo do gás natural líquido é determinado usando o método de avaliação *first-in-first-out* – FIFO enquanto o custo do processamento, manutenção e outros materiais é determinado usando o preço do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio menos o custo de despesas de conclusão e de vendas.

3.12. Reconhecimento do Rédito

O rédito das vendas de gás natural e de gás natural líquido - condensado, no decurso das actividades ordinárias, é mensurado ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagas ao governo, retornos, impostos indirectos, descontos comerciais e de quantidades concedido pela entidade. O rédito é reconhecido quando existir evidência persuasiva, na forma de contrato de vendas de gás executado, de que os riscos significativos e os prémios de propriedade foram transferidos para o comprador, que a recuperação do pagamento seja provável, os custos associados e o retorno possível dos bens podem ser estimados de forma fiável, de que não há nenhum envolvimento continuado da direcção com os bens e que o montante do rédito possa ser mensurado de forma fiável. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade ocorre geralmente quando o gás é fisicamente transferido para o ponto de entrega na entrada do gasoduto e o condensado na unidade de carregamento no CPF.

O “royalty” a pagar é o imposto sobre o petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base do cálculo fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas como resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty (imposto) é cobrado em 5% do valor do gás natural e condensado produzido ou extraído e vendido, excluindo o custo de transporte, recolha e processamento.

A empresa paga royalties através do operador, de acordo com o JOA.

3.13. Custos operacionais

Os custos operacionais incluem despesas com o pessoal, depreciação, amortização, bens e serviços. Os custos operacionais são registados no período em que esses custos estão relacionados. Estes custos referem-se às actividades operacionais da CMH.

3.14. Dividendos

Com base nos contratos de empréstimos da empresa, a CMH só poderá distribuir dividendos ou fazer qualquer distribuição se:

(i) Nenhum evento de incumprimento ou evento potencial de incumprimento tiver ocorrido e esteja continuado;

(ii) A distribuição total não excede a 50% do lucro líquido da CMH, a menos que tenha uma autorização prévia do mutuário, sujeito a disponibilidade de caixa.

(iii) Os seguintes rácios de distribuição tenham sido alcançados:

(iii.1) O RPACSD¹ não seja inferior a 1.5: 1;

(iii.2) O RHACSD² não seja inferior a 1.5: 1;

(iii.3) O RCE³ não inferior a 2: 1.

Dividendos são reconhecidos na declaração quanfo os direitos forem estabelecidos. A CMH distribui dividendos mediante uma informação escrita aos Financiadores. Assim, a empresa considera que os dividendos aprovados pelo Conselho de Administração e pagos serão deduzidos dos lucros acumulados.

3.15. Rendimentos Financeiros e custos financeiros

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como receitas financeiras ou despesas financeiras.

3.16. Resultados por acção

A Companhia apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas

¹ Rácio de Projecção Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

² Rácio Histórico Anual de Cobertura do Serviço da Dívida

³ Rácio de Cobertura do Empréstimo

Internacionais de Relato Financeiro requer que a órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Em particular, informações sobre julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 9 – Imposto sobre o rendimento: Reconhecimento do imposto diferido

Nota 11 – Reconhecimento e Mensuração de Propriedade, instalações e equipamento.

Nota 19 – Provisão para custo de encerramento e reabilitação ambiental.

Nota 23 – Benefício dos empregados

Mensuração do justo valor

Um número de políticas contabilísticas e divulgações da Entidade requer a mensuração do justo valor, para activos e passivos financeiros e não financeiros.

A Entidade estabeleceu uma estrutura de controlo respeitante a mensuração do justo valor. A Entidade revê regularmente dados não observáveis significativos e ajustamentos de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de correctoras ou serviços de fixação de preços, é usada para mensurar o justo valor, em seguida, a equipa de avaliação avalia a evidência obtida a partir de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumpram com os requisitos da NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificados.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos insumos utilizados nas técnicas de avaliação, como segue.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou

passivos idênticos.

- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificados na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração.

5. Alterações nas políticas contabilísticas

NIRF 15, Rédito de contratos com clientes

A NIRF 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quanto e quando o rédito é reconhecido. Substituiu a NIC 18 Rédito, NIC 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NIRF 15, a empresa reconheceu o rédito numa base de tempo, quando o controlo dos bens é transferido para o cliente. Todo o controlo é transferido para o cliente aquando do envio do material, depois disso não há controlo para usá-lo para qualquer outra finalidade.

De acordo com a NIRF 15, o rédito é reconhecido dos seus clientes somente quando são satisfeitos os seguintes critérios:

- Existe contrato (por escrito, oralmente ou de acordo com outras práticas comerciais) e as partes estão comprometidas em cumprir as suas respectivas obrigações.
- A empresa pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos.
- A empresa pode identificar as condições de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos.
- O contrato tem substância comercial.
- É provável que a Empresa receba a contraprestação a que terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos para o cliente. Ao avaliar se a possibilidade de cobrança de um valor de contraprestação é provável, a Empresa considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando este é devido.

Não há nenhuma obrigação de desempenho que seja satisfeita ao longo do tempo e a Empresa satisfaça a obrigação de desempenho num determinado momento considerando os contratos e os indicadores da transferência de controlo. Ao aplicar a NIRF 15, a empresa reteve os valores do ano anterior conforme relatados nas normas anteriores, reconhecendo o efeito cumulativo da aplicação da NIRF 15 como um ajuste no saldo inicial do património líquido na data da aplicação inicial (início do período de relato actual).

O rédito da venda de gás natural e líquidos de gás natural no decurso de actividades comuns é mensurada pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, líquida de *royalties* pagos ao governo, devoluções, impostos indirectos, descontos comerciais e abatimentos de volume. O rédito é reconhecido quando existe evidência persuasiva, na forma do contrato de venda de gás executado, que os riscos e benefícios significativos da propriedade foram transferidos para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de forma fiável, não há envolvimento contínuo da administração com os bens e o valor da receita pode ser mensurado com fiabilidade. Na produção e venda de gás, a transferência de propriedade ocorre quando o gás é fisicamente transferido para a entrada do gasoduto e líquidos no compartimento de carregamento do CPF.

Royalties são impostos ao petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base tributável dos *royalties* é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas como resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou negligência. Os *royalties* são cobrados a 5% do valor do gás natural, condensado produzido ou extraído e vendido, menos o custo de transporte, recolha e processamento.

O rédito conforme a NIC 18 foi reconhecido na transferência do controlo de mercadorias para os clientes, o mesmo para a empresa, conforme a NIRF 15, devido à natureza do seu negócio, portanto, não há ajustamentos transitórios necessários.

NIRF 9, Instrumentos Financeiros

A NIRF 9 estabelece requisitos para reconhecer e mensurar activos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui a NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A classificação de activos financeiros de acordo com a NIRF 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e suas características de fluxos de caixa contratuais.

A NIRF 9 elimina as categorias anteriores da NIC 39 de títulos mantidos até a maturidade, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

A NIRF 9 retém em grande parte os requisitos existentes na NIC 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção da NIRF 9 não teve um efeito significativo nas políticas contabilísticas da empresa relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais da NIC 39 e as novas categorias de mensuração da NIRF 9 para cada classe de activos e passivos financeiros da Empresa em 1 de Julho de 2018.

Individuais	Classificação original de acordo com a NIC 39	Nova Classificação de acordo com a NIRF 9	Valor da quantia escriturada original de acordo com a NIC 39 em 1 de Julho de 2018 USD	Valor da quantia escriturada original de acordo com a NIRF 9 em 1 de Julho de 2018 USD
Activos Financeiros				
Clientes	Empréstimos e contas a receber	Custo amortizado	9 786 668	9 786 668
Caixa & Equivalentes de Caixa	Empréstimos e contas a receber	Custo amortizado	150 996 055	150 996 055
Passivos Financeiros				
Empréstimos de longo prazo	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	4 562 655	4 562 655
Empréstimos de curto prazo	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	9 125 310	9 125 310
Contas a pagar intercompanhias	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	7 687	7 687
Clientes & outros devedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	5 887 868	5 887 868

A NIRF 9 substitui o modelo de “perda incorrida” na NIC 39 por um modelo de perda de crédito

esperada (ECL). O novo modelo de imparidade aplica-se a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A administração determinou que o impacto da adopção do modelo NIRF 9 Perda de Crédito Esperada era imaterial. Como resultado, nenhum ajustamento de transição foi feito na abertura de resultados transitados em 1 de Janeiro de 2018.

A Companhia utilizou uma isenção para não modificar informações comparativas de períodos anteriores com relação a requisitos de classificação e mensuração (incluindo imparidade). Assim, as informações apresentadas para 2017-2018 geralmente não reflectem os requisitos da NIRF 9, mas sim os da NIC 39.

A avaliação da determinação do modelo de negócios no qual os activos financeiros são detidos foi realizada com base em factos e circunstâncias que existiam na data da amortização inicial.

A Companhia aplicou uma abordagem simplificada e utilizou a matriz de imparidade para o cálculo de imparidade nas suas contas a receber, mensurados ao custo amortizado, considerando que não compõem nenhum componente financeiro significativo. Um novo modelo de perda de crédito esperada que envolve uma abordagem em três estágios, na qual os activos financeiros passam pelos três estágios à medida que a sua qualidade de crédito muda. Ele determina como a Companhia mensura as perdas por imparidade e aplica o método da taxa de juro efectivo. É permitida uma abordagem simplificada para activos financeiros que não possuem um componente de financiamento significativo (por exemplo, contas a receber de clientes). No reconhecimento inicial, a Companhia regista uma perda do 1º dia igual às Perdas de Crédito Esperada de 12 meses (ou Perdas de Crédito Esperadas vitalícias para contas a receber de clientes), a menos que os activos sejam considerados com imparidade de crédito. Para mensurar as Perdas de Crédito Esperadas, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito compartilhado e nos dias vencidos.

De acordo com esse método, se houver provisão para as contas a receber resultantes de um evento específico, a Companhia mensura a perda de crédito esperada dessas contas a receber pela perda de crédito esperada ao longo da vida. O cálculo da perda de crédito esperada é realizado com base na experiência da Companhia e nas suas expectativas para indicações futuras.

O ajustamento transitório nos resultados de (devido à mudança do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada) não foi realizado, considerando que a administração considera

o mesmo como imaterial. O impacto da transição para a NIRF 9 no saldo de abertura de resultados transitados seria o seguinte, se o ajustamento fosse feito:

O ajustamento transitório nos resultados transitados de abertura não foi feito, considerando que a gestão considera o mesmo como imaterial. O impacto da transição para a NIRF 9 nos resultados transitados de abertura é como se segue:

Descrição	Valor (USD)
Saldo de abertura de resultados transitados	182 789 119
Reconhecimento de perda de crédito esperada de acordo com a NIRF 9	331 453
Saldo de abertura ajustado de resultados transitados	182 457 666

Durante os exercícios findos em 2019 e 2018, não houve alterações nas estimativas contabilísticas.

6. Rédito

	2019 USD	2018 USD
Vendas de produtos		
Gás Natural	92 680 611	79 059 773
Condensado	3 200 276	2 406 827
	<u>95 880 887</u>	<u>81 466 600</u>

7. Custos operacionais

	Nota	2019 USD	2018 USD
Custos com o pessoal		4 705 377	4 748 151
Remuneração dos empregados		3 515 610	3 206 418
Remuneração dos órgãos sociais		662 712	785 162
Segurança Social		77 907	75 251
Formação		265 891	310 257
Segurança social complementar		183 257	333 264
Outros custos operacionais		-	37 799
Amortização e depreciação	11 & 12	22 508 079	21 915 295
Outros custos operacionais	7.1	14 791 502	13 053 950
		<u>42 004 958</u>	<u>39 717 396</u>

O número médio de trabalhadores durante este ano financeiro foi de 24 (2018: 24).

7.1 Outros custos operacionais

	2019 USD	2018 USD
Partilha de Custos Operacionais do JO	14 129 115	12 070 075
Salários e custos relacionados	1 775 466	1 775 466
Contribuições para o INSS	53 264	53 264
Custos operacionais do JO	12 300 385	10 241 345
Outras despesas administrativas da CMH	662 387	983 875
Serviços de Auditoria	61 444	67 396
Serviços de Consultoria	30 667	108 362
Programa de responsabilidade social	140 631	353 538
Outros fornecimentos e serviços	429 645	454 579
	14 791 502	13 053 950

8. Receitas/(custos) financeiros líquidos

	Nota	2019 USD	2018 USD
Rendimentos financeiros		4 705 538	2 531 326
Juros		4 386 903	2 244 797
Ganhos cambiais		318 635	286 529
Custos financeiros		(3 171 227)	(3 509 575)
Juros sobre empréstimos		(753 309)	(1 263 061)
Juros sobre provisões ambientais	19	(1 867 489)	(1 842 447)
Prejuízos cambiais		(531 606)	(383 627)
Despesas bancárias		(18 823)	(20 440)
Receitas/(custos) financeiros líquidos		1 534 311	(978 249)

Rendimento de juros de depósitos a taxa fixa (Investimentos Permitidos) - os Mutuários (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 90% dos saldos de crédito das Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva para despesas de investimento e a Conta de Receitas) para depósitos a taxa fixa. A taxa de juro média foi de 3.12%.

9. Imposto Sobre o Rendimento

		2019 USD		2018 USD
9.1	Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos			
	Imposto corrente			
	Ano em curso	18 187 267		13 037 698
	Imposto diferido			
	Origem e reversão de diferenças temporárias	(620 513)		(2 248 039)
		17 566 754		10 789 659
9.2	Reconciliação da taxa efectiva			
	Lucros antes do imposto	55 414 942		40 771 026
	Imposto usado de acordo com a taxa da empresa 32%	17 732 781	32%	13 046 728
	Depreciação não dedutíveis (-1%)	(129 866)	6%	(2 257 069)
	Efeito tributário de despesas/receitas não dedutíveis/(não tributáveis) (.05%)	(36 161)		-
	30.95%	17 566 754	26%	10 789 659
9.3	Movimento dos saldos de impostos diferidos			
	2019	Saldo líquido 30 de Junho 2019	Reconhecido em lucros e prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2018
	Propriedade, instalações e equipamento	58 129 519	(410 904)	58 540 423
	Activos intangíveis	2 077 020	(207 702)	2 284 722
	Ganhos (Perdas) cambiais não realizados	(1 614)	(1 906)	292
		60 204 925	(620 513)	60 825 437
	2018	Saldo líquido 30 de Junho 2018	Reconhecido em lucros e prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2017
	Propriedade, instalações e equipamento	58 540 423	(1 686 007)	60 226 430
	Activos intangíveis	2 284 722	(207 702)	2 492 424
	Ganhos (Perdas) cambiais não realizados	292	(354 330)	354 622
		68 825 437	(2 248 039)	63 073 476
9.4	Imposto sobre o rendimento a pagar			
	Saldo inicial	4 321 912		5 615 769
	Pagamento durante o ano	(14 288 182)		(14 331 554)
	Imposto corrente	18 187 267		13 037 698
	Saldo final	8 220 997		4 321 912

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às autoridades fiscais permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

10. Resultados por acção e dividendos por acção

10.1 Resultados por acção

Os ganhos por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 37 848 188 (2018: USD 29 981 367) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (2018: 5 934 115).

Os Resultados por acção diluídos são iguais aos ganhos por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros dilutivos à data de relato.

A reconciliação da quantidade de acções não é necessário uma vez que não houve mudança nos números de base.

10.2 Dividendos por acção

O dividendo por por acção ascende a USD 5,10 (2018: USD 3,76).

11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício – escritórios USD	Veículos e Equipamento USD	Activos de Mineração e CPF USD	Investimento em curso USD	Total USD
Custo					
Saldo em 1 de Julho de 2017	2 024 101	931 388	313 803 870	6 940 857	323 700 216
Adições	-	251 728	-	20 682 291	20 934 019
Ajustamento em RA ⁴	-	-	(11 935 526)	-	(11 935 526)
Transferências	-	115 213	23 765 254	(23 880 467)	-
Saldo em 30 de Junho de 2018	2 024 101	1 298 329	325 633 598	3 742 681	332 698 709
Saldo em 1 de Julho de 2018	2 024 101	1 298 329	325 633 598	3 742 681	332 698 709
Adições	2 024 101	34 760	697 744	11 795 787	12 528 291
Ajustamento no RA	-	-	17 313 084	-	17 313 084
Alienações	-	(161 286)	-	-	(161 286)
Transferência	-	283 423	-	(283 423)	-
Saldo em 30 de Junho de 2019	2 024 101	1 455 226	343 644 426	15 255 045	362 378 798
Depreciação Acumulada					
Saldo em 1 de Julho de 2017	242 893	687 414	103 266 721	-	104 197 028
Depreciação	40 482	340 269	20 885 086	-	21 265 837
Saldo em 30 de Junho de 2018	283 375	1 027 683	124 151 807	-	125 462 865
Saldo em 1 de Julho de 2018	283 375	1 027 683	124 151 807	-	125 462 865
Depreciação	40 482	237 939	21 579 922	-	21 858 343
Alienações	-	(121 442)	-	-	(121 442)
Saldo em 30 de Junho de 2019	323 857	1 144 180	145 731 729	-	147 199 766
Quantia escriturada					
Em 1 de Julho de 2017	1 781 207	243 974	210 537 149	6 940 857	219 503 188
Em 1 de Julho de 2018	1 740 726	270 645	201 481 791	3 742 682	207 235 844
Em 30 de Junho de 2019	1 700 244	311 046	197 912 697	15 255 045	215 179 033

O aumento do ativo de restauração ambiental não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

O CPF incluído nos activos de exploração e avaliação é usado como garantia em relação às facilidades de empréstimo com AFD e DBSA (vide nota 18).

Ambos os empréstimos do DBSA e AFD tem as garantias seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

⁴ Resturação Ambiental

Os Activo de Exploração e Avaliação e CPF compreende 25% da despesa de capital do consórcio, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de activos, bem como a CPF.

Pressupostos significativos estão envolvidos durante a avaliação de imparidade do activo de exploração e avaliação e CPF, incluindo:

- as reservas minerais remanescentes;
- preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- taxas de juros futuras; e
- base do processo orçamentário

O ajuste no custo de fechamento e reabilitação do local representa a redução no custo estimado devido a mudanças nas taxas de desconto e na mudança na estimativa bruta do passivo de reabilitação.

12. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 de Julho de 2017	19 231 666
Adições	2 669
Saldo em 30 de Junho de 2018	19 234 335
Em 1 de Julho de 2018	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2019	19 234 335
Amortização Acumulada	
Em 1 de Julho de 2017	11 442 843
Amortização do ano	649 458
Saldo em 30 de Junho de 2018	12 092 301
Em 1 de Julho de 2018	12 092 301
Amortização do ano	649 736
Saldo em 30 de Junho de 2019	12 742 037

Quantia escriturada

Em 1 de Julho de 2017	7 788 823
Em 1 de Julho de 2018	7 142 034
Em 30 de Junho de 2019	6 492 298

Os activos intangíveis compreendem os direitos/custos transferidos pela ENH para o desenvolvimento do projecto de gás (campos de Pande e Temane).

13. Inventário

	2019 USD	2018 USD
Materiais de manutenção	941 890	977 297
	941 890	977 297

14. Clientes e outros devedores

	2019 USD	2018 USD
Interesse participativo sobre activos correntes do empreendimento de Operações Conjuntas	4 366 354	9 786 668
Clientes	4 366 354	9 786 668
Outros devedores	1 545 288	1 408 853
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	710 350	600 878
Acrescimos e diferimentos	166 672	139 709
Adiantamento do imposto – Ano passado	668 266	668 266
	5 911 642	11 195 521

15. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019 USD	2018 USD
Dinheiro em caixa	319	345
Depósitos bancários	167 363 691	150 995 710
Conta On-shore da CMH (i)	18 741 533	13 306 727
Conta de Receitas (ii)	17 441 859	17 367 236
Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)	6 757 098	3 146 423
Conta Off-Shore de Operações (iv)	25 083	25 135
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	473 333	1 064 600
Depósitos a taxa fixa	123 924 785	116 085 589
	167 364 010	150 996 055

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são determinados contratualmente

por um Acordo de Contas e foram emendados em Dezembro de 2017. Este acordo foi assinado em 20 de Maio de 2010, entre a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), o Development Bank of Southern Africa (DBSA), a Agence Française de Development (AFD), o Standard Bank of South Africa Limited (a conta bancária off-shore) e o Barclays Bank Moçambique SA (a conta bancária on-shore).

Foi acordado manter em nome da CMH, as seguintes contas:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares) – a CMH deve transferir, das contas de receitas em quaisquer datas de pagamento, o montante dos custos administrativos reexpressos para pagamento em Moçambique durante um período de seis meses após a data de pagamento.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas as receitas de cada reembolso feito nos termos da Expansão de instalações, todas as receitas, incluindo qualquer montante a pagar à CMH nos termos dos documentos do projecto, todas as receitas de qualquer capital social, todas as receitas de seguros e qualquer montante em excesso a crédito da conta do Serviço da Dívida e da Conta de Reserva para despesas de investimento.
- iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento – esta conta é usada como reserva para o montante igual ao agregado do custo operacional do projecto e das despesas de manutenção durante o período de 12 meses seguinte e o custo administrativo da CMH para o período de 6 meses seguinte.
Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 90% do saldo de crédito na Conta de Reserva Capex, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.
- iv. A Conta Offshore – esta conta serve para satisfazer os custos operacionais do projecto denominados em Dólares Norte Americanos, e os custos administrativos da CMH a pagar fora de Moçambique.
- v. A Conta de Reserva do Serviço de Dívida – esta conta é usada como reserva para todos os pagamentos calendarizados de capital e de juros que serão devidos e pagos duas datas de pagamento seguinte, em conformidade com as facilidades da CMH.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 90% dos fundos a crédito na Conta de Reserva do Serviço da Dívida, pode de vez em quando ser investido em Investimentos Permitidos mediante o consentimento prévio e por escrito dos Mutuários da CMH.

- vi. Depósitos a taxa fixa (Investimentos Permitidos) - os Mutuários (AFD e DBSA) concederam a autorização à CMH para investir 90% dos saldos de crédito das Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva para despesas de investimento e a Conta de Receitas) para depósitos a taxa fixa.

16. Capital Social

		2019 USD		2018 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 242 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

17. Reservas

17.1 Reservas legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de ações. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2018: USD 5 057 330).

17.2 Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2018: USD 14 296 822).

18. Empréstimos

	2019 USD	2018 USD
Não-corrente	-	4 562 655
Development Bank of South Africa- Tranche B (i)	-	2 261 860
Agence Française de Development Empréstimo B (ii)	-	2 300 795
Corrente	4 562 655	9 125 310
Development Bank of South Africa - Tranche B (i)	2 261 860	4 523 719
Agence Française de Development - Empréstimo B (ii)	2 300 795	4 601 591
Total	4 562 655	13 687 965

- i) A CMH e o Development Bank of Southern Africa (DBSA) celebraram um acordo de crédito, em 20 de Maio de 2010, com vista a garantir um crédito sénior posterior, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos até o limite de USD 50 000 000, em 31 de Dezembro de 2012 como data de término de desembolsos e com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Os montantes desembolsados estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% por ano, cobradas a partir de 14 de Junho de 2010. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa Libor (6 meses) acrescida de uma margem de 4,75% (Tranche B). Um total de USD 31 678 705 foi

desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 30 de Setembro de 2010 e 31 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321 295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Em Agosto de 2012, foi assinado uma adenda com novo plano de amortização. O reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso inicia 36 meses depois da data do primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

O empréstimo está agora garantidos pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

- ii) A CMH celebrou um Acordo de facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 20 de Maio de 2010, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao equivalente a USD 50 000 000, com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Um total de USD 32 224 026 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 8 de Outubro de 2010 e 10 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 17 775 974 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa média de 6.05% por ano e o reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (36 meses após o primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

A garantia do empréstimo foi alterada para reflectir os novos contratos de empréstimos e agora é garantida para os seguintes acordos de garantia: a escritura de hipoteca da CP, para a quota da CMH na CP (25%), a penhora sobre os bens móveis, a cessão dos direitos de seguro, a cessão de direitos, a cessão de posição contratual, a penhora de contas bancárias e a cessão de garantia de fundos.

A reconciliação do movimento é a seguinte:

Descrição	Saldo a 1 de Julho de 2018 USD	Reembolsos USD	Saldo a 30 June de 2019 USD
Development Bank of Southern Africa- Tranche B (i)	6 785 579	4 523 719	2 261 860
Agence Française de Development – Empréstimo B (ii)	6 902 386	4 601 591	2 300 795

19. Provisão

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 2.0%-2.9%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto. Há pressupostos significativos que estão envolvidos no processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do local, incluindo;

- Elementos de custo no final da concessão;
- Tempo do componente de custo individual;
- Taxa de inflação; e
- Taxa de desconto

Longo Prazo

	2019 USD	2018 USD
Saldo de abertura	62 916 696	73 531 236
Juros sobre provisões ambientais	1 654 171	1 320 986
Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental)	5 918 939	(11 935 526)
Saldo de fecho	70 489 806	62 916 696

Curto Prazo

	2019 USD	2018 USD
Saldo de abertura	1 745 588	1 224 127
Juros sobre provisões ambientais	213 319	521 461
Capitalizado em activos fixos tangíveis (devido a alterações nas taxas de desconto e alterações no passivo ambiental)	11 394 145	-
Saldo de fecho	13 353 052	1 745 588
Total	83 842 858	64 662 284

	2019 USD	2018 USD
Fluxo de caixa esperado		
Dentro de um ano	13 353 052	1 745 588
1 - 5 anos	13 197 501	13 654 687
Mais que cinco anos	57 292 305	49 262 009
Total	83 842 858	64 662 284

20. Fornecedores e outros credores

	2019 USD	2018 USD
Não-corrente		
Contas a pagar	41 872	50 518
Corrente		
Passivos correntes da JO	4 053 759	5 680 561
Fornecedores	2 257 052	2 996 147
Acrescimos e deferimentos	1 796 707	2 684 414
	149 922	207 307
Outros credores	30 267	72 556
Fornecedores	118 655	93 045
Imposto retido na fonte, IRPS e INSS	-	41 706
Acrescimos e deferimentos	4 203 681	5 887 868

21. Saldos entre empresas do Grupo

	2019 USD	2018 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	12 398	7 687
	12 398	7 687

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de serviços técnicos.

22. Transacções com partes relacionadas

Para os fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e Director Executivo. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os

restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Saldo credor		Saldo devedor	
		2019 (USD)	2018 (USD)	2019 (USD)	2018 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Prestação de serviços técnicos	126 478	107 052	(12 398)	7 687

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte. Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento. O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessário dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

	Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano resultantes de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2019 (USD)	2018 (USD)	2019 (USD)	2018 (USD)	2019 (USD)	2018 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH através do joint operations.	95 880 887	81 466 600	-	-	-	-
Operações conjuntas (JO)	-	-	97 856 976	81 051 330	(4 053 759)	(5 680 561)

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de *cash calls*.

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado	Saldo devedor
		2019 (USD)	2018 (USD)
Operações conjuntas (JO)	Cash calls para despesas	24 513 193	21 721 424

Os compromissos de capital relacionados com as operações conjuntas estão descritos na nota 25.

A empresa paga remunerações tanto aos seus gestores executivos bem como os não executivos. As seguintes transações ocorreram:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado		Saldo devedor	
		2019 (USD)	2018 (USD)	2019 (USD)	2018 (USD)
Conselho de Administração	Remunerações	662 712	785 162	-	-

A remuneração do Conselho de Administração a curto prazo é de USD 662 172 (2018: USD 785 162), enquanto os benefícios pós-emprego são de USD 45 230 (2018: USD 45 815). Não houve pagamento pelo custo de rescisão nem pagamentos baseados em acções.

23. Benefícios dos empregados

	2019 USD	2018 USD
Activo do Benefício definido	2 229 060	1 166 308
Passivo do Benefício definido	(1 784 890)	(1 839 468)
Saldo líquido:	444 170	(673 160)

a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de aposentadoria é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para aposentadoria antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a empresa contribui com 8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

b. Movimentos líquidos benefícios definidos (activos) passivos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Responsabilidade de benefício definido		Justo valor dos Ativos do Plano		Responsabilidade pelo Benefício Definido Líquido (activo)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<u>Saldo em 1 de Julho</u>	1 839 468	1 813 968	(1 166 307)	(545 102)	673 161	1 268 866
<i>Incluindo lucros e perdas</i>	300 460	342 916	(222 070)	(122,805)	78 389	220,110
Custo do serviço actual	45 230	45 815	-	-	45 230	45,815
Custo de juros (receita)	255 230	297 101	(222 070)	(122 805)	33 160	174 295
<u>Incluído em Outro rendimento integral</u>						
Ganho Actuarial	(238 665)	(291 750)	-	-	(238 665)	(291 751)
<u>Outros</u>						
Diferença cambial líquida	(82 426)	35 129	53 981	(10 556)	(28 445)	24 573
Contribuições pagas pelos membros e pela empresa	60 188	37 755	(1 127 923)	(693 208)	(1 067 735)	(655 452)
Benefícios pagos	(94 134)	(98 550)	94 134	98 550	-	-
Despesas pagas	-	-	139 124	106 814	-	-
	1 784 891	1 839 468	(2 229 060)	(1 166 307)	(444 170)	673 160

23. Benefícios dos empregados (continuação)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

c. Benefícios obrigações definidas

i. Pressupostos actuariais

	2019	2018
Taxa de desconto	14.9%	16.49%
Crescimento salarial future	7.9%	9.5%
Crescimento futuro da pensão	9.5%	9.5%
Taxa de inflação	6.9%	8.6%

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	1	1
30-35	1	4
35-40	3	4

40-45	1	2
45-50	1	2
50-55	2	-
55-60	1	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
61-63	1

ii. Análise de sensibilidade

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Variação percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	1 870 651	50 027	-2,6%
Redução de 1% de inflação salarial	1 708 205	41 075	-3,3%
Taxa de juros de avaliação 1% de aumento	1 637 794	40 329	-3,0%
Taxa de juros de avaliação 1% de redução	1 959 277	51 312	-2,9%
Aumento de 1% na pensão	1 924 901	48 532	-3,0%
Pension 1% de redução	1 661 610	42 344	-2,9%
Mortalidade pós-aposentadoria (2 anos mais jovem)	1 826 895	46 026	-2,8%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros ativos (% do passivo)
2020 – 2024	5%
2025 – 2029	20%
2030 – onwards	75%

24. Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra as quantias escrituradas e o justo valor dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

30 de Junho 2019**Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)**

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Empréstimos Bancários	18	4 562 655	4 562 655	-	4 562 655	-	4 562 655
		<u>4 562 655</u>	<u>4 562 655</u>		<u>4 562 655</u>		<u>4 562 655</u>
	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Clientes	14	4 366 354	4 366 354	-	4 366 354	-	4 366 354
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	167 364 010	167 364 010	-	167 364 010	-	167 364 010
		<u>171 730 364</u>	<u>171 730 364</u>	<u>-</u>	<u>171 730 364</u>	<u>-</u>	<u>171 730 364</u>

30 de Junho 2018**Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)**

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Empréstimos Bancários	14	13 687 965	13 687 965	-	13 687 965	-	13 687 965
		<u>13 687 965</u>	<u>13 687 965</u>	<u>-</u>	<u>13 687 965</u>	<u>-</u>	<u>13 687 965</u>
	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Clientes	18	9 786 668	9 786 668	-	9 786 668	-	9 786 668
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	150 996 055	150 996 055	-	150 996 055	-	150 996 055
		<u>160 782 723</u>	<u>160 782 723</u>	<u>-</u>	<u>160 782 723</u>	<u>-</u>	<u>160 782 723</u>

Mensuração do justo valor

Tipo	Avaliação Técnica	Contribuições significativas não observáveis
Empréstimos bancários (Outros passivos financeiros)	Descontado do fluxo de caixa	Não aplicável

25. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos a realizar contratado e ainda não incorridos à data de relato, são os seguintes:

Tempo estimado das despesas	2019 USD	2018 USD
Dentro de um ano	33 584 106	4 849 683
2 - 5 anos	3 614 709	2 633 795
	37 198 815	7 483 478

Junho 2019	Compromissos autorizados de capital bruto USD	Autorizados e contratados USD	Dentro de um ano, Autorizados e não contratados USD
Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)			
PPA- Long Term Service Providers workshops	710 687	-	710 687
PPA- Main Gate Security and Induction Building	660 825	-	660 825
PPA - SPT Special Tools and Equipment Store	28 095	-	28 095
PPA - PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y	6 678 572	507 018	6 171 555
PPA - ENH Gas Inlet Pressure	293 892	129 246	164 646
PPA - LP Compression Phase 3	5 012 484	892 368	4 120 116
PPA - Crise Management Meeting Room	16 668	-	16 669
PPA - SPT Laboratory Information Mgmnt System	11 819	-	11 819
PPA - U60 Fuel Gas Auto Venting	77 169	-	77 169
PPA - PPA Infill Wells (Tranche 2)	6 233 112	1 993 607	4 239 505
Meric Drilling Campaign	10 460 344	4 145 392	6 314 952
PPA - Infield Compression	6 629 603	949 685	5 679 919
PPA - Erosion Probes	85 545	39 609	45 936
PPA - Security Upgrade	300 000	-	300 000
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	-	-	-
	37 198 815	8 656 925	28 541 893

Junho 2018	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados e contratados	Dentro de um ano, Autorizados e não contratados
	USD	USD	USD
Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)			
Compressor de baixa-pressão – fase 2	2 831 404	668 347	2 163 057
Projecto de <i>Infill Wells</i> (tranche 1)	8 729 753	1 654 388	7 075 365
Compressor de baixa-pressão – fase 3	10 673 035	4 478 724	6 194 311
Estudo de viabilidade (FEED)	2 458 630	496 064	1 962 567
Custos administrativos da CMH			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	215 955	215 955	-
	<u>24 908 777</u>	<u>7 513 478</u>	<u>17 395 300</u>

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Entidade. Os riscos da Entidade estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Entidade, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Entidade.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da empresa.

As políticas de gestão de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são Reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Entidade. A Entidade, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Entidade supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade.

26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a entidade está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A entidade desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

26.1.1 Risco Cambial

A Entidade incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Entidade realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

Exposição ao risco cambial

A exposição da Entidade ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2019 MT	2018 MT
Fornecedores	(4 674 929)	(4 350 276)
Caixa e equivalentes de caixa	10 893 133	35 693 892
	<u>6 218 204</u>	<u>31 343 616</u>

26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (continuação)

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

	Taxa média		Taxa à vista	
Data de Relato	30 de Junho 2019	30 de Junho 2018	30 de Junho 2019	30 de Junho 2018
MT por USD	62.20	61.18	62.12	59.90

Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte americano nas exposições da moeda estrangeira da Entidade, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 426 (2018: USD 197). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem

constantes.

26.1.2 Risco da taxa de juro

A Entidade está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. A Administração adopta a política de assegurar que os seus empréstimos apresentem taxas de mercado de referência para avaliar o risco da taxa de juro.

	Quantia escriturada	
	2019 USD	2018 USD
Instrumentos de taxa fixa		
Depósitos a taxa fixa	123 924 785	116 085 589
Passivos Financeiros	(4 562 655)	(6 902 389)
	<u>119 362 130</u>	<u>109 183 200</u>
Instrumentos de taxa variável		
Passivos Financeiros	<u>(2 261 859)</u>	<u>(6 785 576)</u>

Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 656 (2017: USD 1 191). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.1.3 Risco de preço de commodities

A Companhia está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o património líquido e o lucro após impostos em USD 651 990 (2018: USD 553 973). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada quando as contas a receber da Entidade são devidas somente pelo parceiro da entidade comum. As outras contas a receber dizem respeito às partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro no balanço. A Administração trabalha com instituições financeiras com boa reputação para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários.

Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	2019 USD	2018 USD
Clientes e outros devedores	4 366 354	9 786 668
Caixa e equivalentes de caixa	167 364 010	150 996 055
Exposição líquida	171 730 364	160 782 723

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2019 USD	2018 USD
Não vencido	4 366 354	11 442 377

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 84% (2018: 86%) das receitas da Companhia e 0% (2018: 56%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2019. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes:

	Quantia escriturada USD	Fluxo de Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	06-12 Meses USD	1-2 anos USD	2-5 Anos USD
30 de Junho de 2019						
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos bancários com garantias	4 562 655	(4 562 655)	(4 562 655)	-	-	-
Cientes e outros devedores	4 203 680	(4 203 680)	(4 203 680)	-	-	-
	<u>8 766 335</u>	<u>(8 766 335)</u>	<u>(8 766 335)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
30 de Junho de 2018						
Créditos bancários financeiros não- derivados	13 687 965	(14 575 717)	(5 012 707)	(4 852 101)	(4 709 909)	-
Empréstimos bancários com garantias						
Cientes e outros devedores	6 566 408	(6 566 408)	(6 566 408)	-	-	-
	<u>20 254 373</u>	<u>(21 141 125)</u>	<u>(11 579 115)</u>	<u>(4 852 101)</u>	<u>(4 709 909)</u>	<u>-</u>

27. Eventos Subsequentes

Após 30 de Junho de 2019 até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos significativos que afectem as presentes demonstrações financeira ou que requeiram divulgação nas mesmas.